



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ETNOGRAFIAS DO TEMPO DA POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Evanielly Sheyla Velozo Silva

Orientadora: Professora Dr.^a Mônica Lourdes Franch Guitiérrez

JOÃO PESSOA

2020

EVANIELLY SHEYLA VELOZO SILVA

**ETNOGRAFIAS DO TEMPO DA POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Coordenação do curso de Graduação em
Ciências Sociais na Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Professora Dr.^a Mônica Lourdes Franch Guitiérrez

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V443e VELOZO, Evanielly.

Etnografias do tempo da política no Nordeste
brasileiro: uma revisão bibliográfica / Evanielly
VELOZO. - João Pessoa, 2020.
76 f.

Orientação: Mônica Franch.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Etnografia. Eleições. Nordeste. I. Franch, Mônica.
II. Título.

UFPB/CCHLA

EVANIELLY SHEYLA VELOZO SILVA

**ETNOGRAFIAS DO TEMPO DA POLÍTICA NO NORDESTE BRASILEIRO:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a Mônica Lourdes Franch Gutiérrez

João Pessoa-PB, 03 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA

**Professora. Dr^a. Patrícia dos Santos Pinheiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

**Professor. Dr^o. Pedro Guedes do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

**Professora. Dr^a. Mônica Lourdes Franch Gutiérrez
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**

LONGOS AGRADECIMENTOS DE UMA PESSOA EMOCIONADA

Deixei esse texto pra última hora porque pra agradecer é preciso lembrar. E quando faço esse esforço, gosto de estar com tempo para aproveitar as boas lembranças.

Antes de começar a agradecer, preciso reconhecer: foram muitos acontecimentos marcantes desde começo desta segunda graduação. O mais importante é que passei a me localizar na sociedade e a valorizar o local que ocupo. Muito do que sou, devo as relações que construí e as novas interações que precisei fazer. Toda troca, conversa, choro, festa, aula, cafezinho e conflitos me (re)formaram. E eu sou grata a todes que veem deixando sua contribuição nessa jornada.

Primeiro, pra estar aqui, terminando mais uma graduação, foi necessário todo o apoio que recebi da minha família. Mesmo com todas as resistências, mesmo querendo que construísse uma vida geograficamente perto, elas foram e são cruciais nesse processo. Só de saber que tenho pra onde ir nas minhas férias, que sempre que chegar vou ser recebida com muito amor - nas suas diversas formas de expressão - eu compreendo o quanto posso agradecer a todes que compõem esse grupo de pessoas reservadas e afetuosas. Aqui, deixo um agradecimento especial pra minha vó Dina, meu avô João, minhas tias Edinha, Lane e Edja, minhas primas Weida e Lara e ao meu tio Caio.

Destaco a minha mãe - que, apesar de todas as divergências geracionais e religiosas, mantém se esforçando pra ser a melhor mãe que ela pode ser. E ainda bem que agora, mais experiente e trabalhada pela vida e pela terapia (obrigada, Valeska), entendo e valorizo demais todo seu esforço. Também agradeço a minha irmã maravilhosa e mais nova, Manu. É sempre bom ouvir das pessoas o espanto pelo fato de sermos tão amigas. Acho um luxo poder ter o seu apoio, conversar sobre qualquer coisa e nunca ter a percepção que isso acontece só porque somos biologicamente ligadas.

Também agradeço aos meus amigos recentes e aos antigos! Sem essa galera eu realmente não sei onde estaria e quem eu seria hoje. Tenho construído vínculos muito potentes e duradouros com algumas pessoas e fico radiante em mantê-los. Então, obrigada Suellen, Bárbara, Alan, Larissa, Isa, Kaike, Jonas, Edgar, Dea, Raul, Debora, Priscilla, Inara, Andrea, Hanna, Madá, Maju, Eveline, Bruna, Luciana, Ana, Gabi, Lucas, Jani, Jardy, Silvia, Leile, Diego, Marcelinho e todes que encontrei na vida devido à RNC, UFPB/UPE, Minha Jampa, Geraldinho, Saturna, Espaço Mundo e Rua da Má Fama!

Também agradeço à minhas primeiras parceiras de apartamento, We e Camila. Tive a sorte de ter um gosto musical parecido com o de Camila, que conveceu We a dividir o

apartamento com mais uma pessoa. Também tive o prazer de conhecer João Pessoa pelas vivências de Camila e Dona Rosa, e o (re)prazer de, depois de uns anos, voltar a dividir apartamento com We. Ambas me mostram o mundo a partir de suas perspectivas - e que sorte a minha!

Obrigada às colegas de sala que passaram a ser amigas incríveis! Wertton, Renata, Catherine, Idayane e Natália: agradeço demais pelas trocas, companhia e estudos. Tenho muito carinho por todes e me sinto enormemente feliz em ter compartilhado tanto com vocês. Tenho certeza que além de boas pessoas, vocês serão profissionais excelentes. Espero poder encontrá-las em diversos outros ambientes.

Por falar em sala de aula, me veio a noção de que, geralmente, os primeiros vínculos desenvolvidos por nós que somos de outras cidades e viemos pra João Pessoa estudar, são desenvolvidos na classe ou em casa. Nesse caminho, Wertton e Bia, colegas de classe inicialmente, tornaram-se de casa e depois de vida!

Ton é ainda uma das primeiras a quem eu corro pra boatar. Queria deixar registrado o quanto sou feliz por termos nos encontrado e, principalmente, por ainda fazer sentido sermos tão próximos. Sei o quanto você tem a dar pro mundo e espero que você acesse todo o potencial desse ser incrível que você é e voe muito! Obrigada por me ajudar a ver o quanto a Antropologia é maravilhosa. Sem as conversas contigo e com Catherine, provável que nem tivesse tentado mestrado e não me sentisse tão realizada como me sinto hoje.

Agradeço pela amizade de Dadá, que é uma mulher fantástica e suspeito que isso aconteça também devido a região que ela nasceu - que além de estar em Pernambuco (!), lhe dá a vantagem de ocupar dois lugares ao mesmo tempo. Dadá consegue ser sensata e cuidadosa ao mesmo tempo, falar muito e de forma precisa e necessária, mas ouvindo na mesma proporção. Obrigada pela energia, pelo aconchego e pela companhia. A senhora é inspiração!

Obrigada a Bibi, inicialmente colega de classe, depois de casa e depois de vida, que me ensina a importância de se manter vínculos, de sempre buscar compreender as pessoas a partir dos lugares que elas ocupam. Obrigada por seus ouvidos, paciência, disposição e pela estadia garantida nos Carnavais de Olinda!

A Anne, que recentemente passou a dividir apartamento comigo e anda me mostrando o que é conforto, agradeço imensamente! Depois de Anne, passei a me alimentar melhor - e a partir do momento que suprimos essa necessidade básica, temos mais disposição para enfrentar o mundo a nossa volta. Obrigada por me mostrar a importância da base, amiga!

Também agradeço a Pabs, que durante esse período pandêmico de Covid-19 trouxe muita criatividade, flexibilidade e alegria pros meus dias. Obrigada pela sua inquietude, pois isso me estimulou o movimento e me tirou da zona de conforto.

Não posso esquecer Jessie, que desde 2005 está presente, mesmo depois de altos e baixos. Talvez por ter ciclos tão idênticos a vida, a nossa amizade se fortaleceu. Jessica me ensina o que é viver sem autocensura. Me mostra o quanto é fantástico ser o que se é. Sou grata demais em poder chorar minhas pitangas e levar todas as chacoalhadas que preciso.

Um agradecimento bem cheio de admiração pros meus dois companheiros de trabalho: o ongueiro Jerlan e a ongueira Marne. Nunca imaginei que construiríamos uma amizade tão maravilhosa e uma organização tão horizontal. Compartilho de muitos dos seus ideais e sou muito feliz em estar lutando do lado de vocês. Obrigada pela paciência, atenção, cabimento, risadas, ouvidos e por trazerem Jampinto pra minha vida. Vocês são as pontes que ligam o sonhar e o fazer!

A Renata, obrigada por todas as alegrias! Você me mostra o quanto é importante questionar e sair da zona de conforto. Obrigada pela sua arte e nunca esqueça do tanto que você tem a dar pro mundo!

Agradeço também a Caterine: você foi um dos raios solares que por muito tempo iluminou muitos dos meus dias e também me ensinou a brilhar. Obrigada por me mostrar que pra crescer, a gente precisa cultivar - sejam amores, plantas ou amizades.

Agradeço a Idayane e todo seu esforço em ser uma profissional incrível! Obrigada pelas trocas, pelos filmes e por ser a pessoa que me fez ler Clarice Lispector pela primeira vez.

A Bia de Cabedelo: obrigada por se colocar no mundo de uma forma tão linda e por acreditar que tudo pode ser melhor! Você me ensina o que é força, amiga. Obrigada pela companhia no São de Caruaru!

Obrigada a Fabiano, Morgana, Bia, Wertton e Mateus pela chapa eleita pra gestão do CA. Foi ótimo enquanto durou!

Um obrigada cheio de afeto a todes docentes que constroem o Departamento de Ciências Sociais! Foi aqui que consegui enxergar o quanto os bons exemplos são imprescindíveis! Ganhei novas lentes para enxergar o mundo depois das previsões realistas e das aulas tão reveladoras. Obrigada por serem tão competentes no que fazem. Agradeço especialmente a melhor professora de Ciência Política e uma das minhas principais referências: Ana Montoia. Obrigada por todas as conversas e aulas!

Agradeço também a minha banca e orientação para este trabalho! Obrigada Patrícia Pinheiro, por ser uma profissional para além da academia, coordenando tão sabiamente o

Observatório de Antropologia - criado neste período de pandemia mundial. Obrigada pela paciência e por aceitar compor esta banca. Será uma honra poder ouvir suas contribuições.

Agradeço a Pedro Nascimento, tanto pelo fato de ter aceitado ser meu orientador do Mestrado em Antropologia, quanto por também compor a banca para avaliação deste trabalho. Obrigada pelas ajudas recentes, compreensão e calma. Espero que este seja o primeiro de muitos trabalhos que desenvolveremos.

E por último, agradeço a Monica Franch por aceitar mais esse desafio na sua trajetória acadêmica. Sem o seu apoio, este trabalho não sairia a tempo. Você é uma profissional fantástica e uma pessoa incrível! Obrigada pelo seu acolhimento, positividade e energia. É ótimo poder contar com a sua ajuda, contribuições e orientação.

RESUMO

O presente trabalho propõe fazer um levantamento bibliográfico das etnografias produzidas no período eleitoral no Nordeste brasileiro. A pesquisa foi realizada entre os meses de novembro de 2019 a junho de 2020 e tem como objetivo discutir e analisar os trabalhos encontrados, buscando identificar temas, conceitos e referências utilizadas, bem como mapear as trajetórias das pesquisadoras-autoras e contribuir com os estudos de Antropologia e Política no Nordeste do Brasil. A proposta metodológica foi a pesquisa bibliográfica e documental. Como alguns dos resultados temos a constatação que a maioria dos trabalhos são publicados em revistas ou apresentados em eventos fora do Nordeste; as trajetórias das autoras são construídas, em sua maioria, em outras regiões do país; os trabalhos analisam a política localmente a partir da visão de nativas ou grupos delimitados; as autoras que compõem o Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) são utilizadas como referências em quase todos os trabalhos; e a interdisciplinaridade foi comum entre muitas pesquisas.

Palavras-chave: Etnografia. Eleições. Nordeste. Antropologia da Política.

ABSTRACT

This study produced a bibliographic survey of the ethnographies produced in the electoral period in Northeast Brazil. The research was realized between the months of November 2019 to June 2020 and It aims to discuss and analyze the works found, seeking to identify themes, concepts and references used, as well as mapping the trajectories of the researcher-authors and contributing to the studies of Anthropology and Politics in Northeast Brazil. The methodological proposal was bibliographic and documentary research. The results showed that: most of the works were published at events outside the Northeast; the trajectories of the authors were mostly built in other regions of the country; the studies evaluated the local policy from the perspective of native or delimited groups; the quoted were mostly from authors linked Nucleus of Anthropology of Politics (NuAP); and interdisciplinarity was common among most of the researches.

Keywords: Ethnography. Elections. Northeast. Anthropology of Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: PERCUSSO METODOLÓGICO	16
CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE ANTROPOLOGIA E POLÍTICA	25
2.1: <i>Antropologia e política</i>	25
2.2: <i>O surgimento da Antropologia da Política.....</i>	28
2.3: <i>Consolidação da Antropologia da Política no Brasil.....</i>	30
CAPÍTULO 3: RESUMOS DOS TEXTOS LEVANTADOS.....	35
3.1: <i>Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus</i>	35
3.2: <i>O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco</i>	36
3.3: <i>A política de perto - Recortes etnográficos de campanhas eleitorais</i>	37
3.4: <i>Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição</i>	38
3.5: <i>Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral.....</i>	39
3.6: <i>Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco</i>	39
3.7: <i>O problema do clientelismo em contextos locais brasileiros: reflexões sobre negociações de interesses entre elites políticas e eleitores</i>	40
3.8: <i>O tempo da política: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE</i>	41
3.9: <i>O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana</i>	42
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1: <i>Autoras e suas trajetórias</i>	43
4.2: <i>De onde vêm os trabalhos analisados?.....</i>	44
4.3: <i>Temas, conceitos e referências dos trabalhos analisados</i>	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	60
Tabela 4: <i>Ficha-resumo 1</i>	60
Tabela 5: <i>Ficha-resumo 2</i>	62
Tabela 6: <i>Ficha-resumo 3.....</i>	63
Tabela 7: <i>Ficha-resumo 4.....</i>	65

Tabela 8: Ficha-resumo 5.....	68
Tabela 9: Ficha-resumo 6.....	69
Tabela 10: Ficha-resumo 7.....	72
Tabela 11: Ficha-resumo 8.....	73
Tabela 12: Ficha-resumo 9.....	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise da produção bibliográfica sobre eleições no Nordeste do Brasil, na área disciplinar da Antropologia. Para que este objetivo fosse alcançado, a pesquisa vem sendo desenvolvida desde novembro de 2019, a partir do levantamento bibliográfico de etnografias cuja temática estivesse delimitada à época da política, após os anos 2000, sobre cidades, grupos e regiões dentro do território nordestino.

As motivações para a escolha do tema surgem, primeiro, devido à posição que ocupo na sociedade, sendo ativista, graduanda em Ciências Sociais e mestranda em Antropologia. A partir dessa localização, entendo que meu vínculo com uma Universidade no Nordeste do Brasil também me estimula a saber o que estão escrevendo, observando e descobrindo sobre a política na região, e principalmente, através de olhares antropológicos. Além disso, o levantamento de etnografias está ligado a importância da empiria para o desenvolvimento desta ciência.

Utilizo os trabalhos da antropóloga Karina Kuschnir como base para construir a estrutura teórica desta pesquisa, refazendo de forma sintética, o percurso existente desde o momento em que há o reconhecimento da política como área de estudo na Antropologia - perpassando pelas contribuições de autoras¹ percursoras como Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, Meyer Fortes, Max Gluckman, Edmund Leach e Victor Turner – e chegando ao momento em que se deu a consolidação da Antropologia da Política como área de estudo.

Como marco de consolidação deste campo de pesquisa no Brasil, uso como referência a criação do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Seu surgimento está ligado ao exame da política vivida, dando ênfase à etnografia e aos aspectos do tecido social em sua totalidade. O NuAP atua, como definiu Peirano (1998), a partir da suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica - visão de campo e pesquisa que pode ser ampliada também, para se enxergar a importância de desenvolver trabalhos etnográficos em ambientes e instituições definidos e legitimados pelos padrões ocidentais modernos como políticos. Por isso, as suas produções, autoras e referências se alinham ao propósito deste trabalho.

¹ Para evitar o que Mader (2015) aponta como sexismo gramatical, a linguagem direcionada a seres humanos neste trabalho (pronomes, substantivos e adjetivos) serão escritas no gênero feminino.

Para que o objetivo aqui proposto seja alcançado, este trabalho será composto por quatro capítulos. O primeiro deles tratará sobre o percurso metodológico que foi traçado, assim como informações sobre a escolha do tema - ambos necessários para a estruturação desta pesquisa.

No capítulo dois será apresentada uma discussão teórica sobre política e antropologia, passando pela construção da antropologia política e chegando à consolidação da antropologia da política no Brasil, enfatizando o surgimento do Núcleo de Antropologia da Política - NuAP no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo, por sua vez, contém os nove resumos das etnografias que foram levantadas a partir das pesquisas feitas em plataformas online, sendo elas: o Google Acadêmico, Scielo, Portal de Periódicos Capes e Catálogo de Teses e Dissertações. Os resumos procuraram conter os objetivos, hipóteses, resultados e algumas autoras utilizadas como alicerce para a construção dos trabalhos, sendo baseados nas fichas-resumo encontradas nos anexos deste trabalho.

No quarto e último capítulo encontramos os resultados e discussões dos textos levantados, numa tentativa de aproximar e distanciar os universos de pesquisa, bem como de localizar a trajetória das suas autoras, de onde escrevem e onde publicam.

A partir desta estrutura, alguns resultados encontrados foram: a minoria das autoras são mulheres; a maioria dos trabalhos são publicados em revistas ou apresentados em eventos fora do Nordeste; as trajetórias das autoras é construída, em sua maioria, em outras regiões do país; os trabalhos se sustentam na visão das nativas e/ou analisam a política localmente a partir da visão de grupos específicos; as autoras que compõem o NuAP são utilizadas como referência na grande maioria dos trabalhos; e a interdisciplinaridade foi comum entre muitas pesquisas, o que aproxima e ao mesmo tempo distancia os trabalhos um dos outros.

Desta forma, concluo que apesar de certas práticas e táticas encontrarem-se mais a flor da terra² no Nordeste do Brasil, não significa que só existam nesse local. Em outros lugares, considerados grandes centros do poder e em países fundadores e difusores do ideal democrático, essas táticas também são usadas. Porém, entendendo que a política não é um dado a priori, a busca pela compreensão das práticas políticas de regiões estigmatizadas e de grupos e

² Expressão utilizada por Villela (2004), no trabalho intitulado O dinheiro e suas diversas faces no Sertão de Pernambuco.

comunidades historicamente excluídas socialmente, pode ser um movimento importante para que estas não continuem sendo enquadradas como atrasadas ou menos democráticas.

CAPÍTULO 1: PERCUSSO METODOLÓGICO

Este trabalho utiliza como metodologia de pesquisa o levantamento bibliográfico de etnografias acerca do período eleitoral produzidas sobre a região Nordeste do Brasil. Levantamento bibliográfico, segundo Gil (2008) significa ser uma pesquisa “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50).

Entre as vantagens de fazer uma pesquisa bibliográfica, ainda segundo Gil (2008), está o fato de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50), e é justamente por isso que o objetivo desta pesquisa se torna realizável.

Os trabalhos que serão discutidos aqui, têm como pano de fundo fatos-etnográficos que acontecem durante o “tempo da política, época da política ou política – que correspondem grosso modo ao período eleitoral (PALMEIRA e HEREDIA, p.8, 2010), e que trazem consigo diversas questões de acordo com cada contexto. Desta forma, a discussão de resultados girará em torno das nove pesquisas encontradas nas plataformas online Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos Capes e Catálogo de Teses e Dissertações. Para localizá-las, usei as seguintes palavras-chave: eleições, antropologia da política, etnografia, nordeste e Brasil – além dos nomes dos estados que compõem a região nordeste.

Para chegar mais perto da amostra que buscava - já que em algumas plataformas eram encontrados milhares de trabalhos cada vez que digitava duas ou três das palavras-chave acima - procurei refinar os resultados das pesquisas também selecionando categorias, dentre estas: trabalho produzido na área das Ciências Humanas, Antropologia ou História do Nordeste, produzidos no Brasil e escritos em português. À medida que classificava categorias, o número de pesquisas encontradas diminuía – pois, em alguns buscadores, como o Google Acadêmico, por exemplo, basta encontrar uma das palavras-chave no corpo do texto e o trabalho é inserido dentro da amostra. Mas, para cumprir o objetivo desta pesquisa, os trabalhos precisariam abarcar todas as categorias mencionadas. Seria impossível dar conta de todos os resultados que apareciam e por isso quantos mais refinada a busca, menor os e consequentemente, mais perto chegaria dos trabalhos que estive buscando.

Para tentar evitar a apresentação de dados coletados de forma equivocada, já que essa seria a desvantagem de realizar uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), é necessário “assegurar-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas (...)”

(GIL, 2008, p. 51). Para nos prevenir essa desvantagem, foram usadas fichas-resumo - encontradas no anexo desta pesquisa - com informações mais detalhadas sobre cada texto. Apenas depois do preenchimento de cada uma, foram desenvolvidos os capítulos três e quatro, contendo os resumos, resultados e discussões acerca das pesquisas.

Para além do delineamento da pesquisa, é importante que aqui também sejam encontradas informações sobre a escolha da temática. Desenvolverei três pontos ao longo do texto que podem servir como guias para no caminho percorrido até que chegasse ao tema, reforçando a importância de estar em campo e de escrever sobre a minha trajetória - pois ambos foram essenciais para se chegar à formulação de uma temática de pesquisa. Sendo assim, escreverei sobre as experiências que me levaram a escolher o tema - dentro da área da antropologia da política, no tempo das eleições e desenvolvidas sobre o Nordeste brasileiro -; o porquê que a análise foca apenas em etnografias; e a contribuição que este trabalho para as Ciências Sociais ou melhor: à Antropologia da Política.

Em primeiro lugar, a escolha desse recorte foi feita a partir das diversas experiências que venho tendo ao longo da graduação em Ciências Sociais, dentro e fora da Universidade Federal da Paraíba. Desde 2016, pouco depois de iniciar a graduação, me voluntariei para ajudar a construir uma rede de mobilização política em João Pessoa: a Minha Jampa.

A Minha Jampa é uma rede de ação e mobilização política, que faz parte de uma rede maior: a Rede Nossas Cidades (RNC). A RNC existe atualmente em cerca de dez cidades no Brasil e é composta por grupos de ativistas que atuam nos territórios municipais, formando redes locais intituladas por “Minhas” e/ou “Meus” (Meu Recife, Meu Rio, Minha Porto Alegre, entre outras). No nordeste do Brasil, encontramos quatro extensões da RNC: a Minha Jampa, o Meu Recife, a Minha Campina Grande e a Minha Igarassu.

Desta forma, o objetivo das redes é estimular a participação cidadã nos processos de decisão política do município, através da criação de campanhas de mobilização social para pressionar tomadoras de decisão a aprovarem ou tirarem de pauta políticas públicas que ferem o princípio de construir cidades mais democráticas, inclusivas e ambientalmente sustentáveis.

O trabalho de quem compõe a RNC gira em torno de acompanhar o que é publicado em sites institucionais do executivo e legislativo municipal (e às vezes estadual) por meio de Diários e Semanários Oficiais; fazer *clipping* de notícias locais e divulgá-las via redes sociais online (instagram, facebook, etc); articular grupos, ONGs, coletivos, centros acadêmicos, grêmios estudantis, associações de bairro, entre outras redes de pessoas, a atuarem em parceria, quando trata de pautas importantes para sua comunidade; fazer visitas e/ou reuniões, quando necessário, à Câmara Municipal, Prefeitura, Ministérios Públicos, Tribunais de Conta se outras

instituições; criar conteúdo para redes sociais acerca de temas de interesse social e/ou sobre campanhas que estão sendo desenvolvidas pela organização em parceria com outros grupos e engajar pessoas para agir em campanhas, pressionando tomadoras de decisão da cidade.

Até aqui já se percebe que a demanda de funções dentro de uma rede como essas é imensa - já que a Minha Jampa, assim com as outras cidades que fazem parte da RNC trabalha com as diversas pautas que surgem no contexto urbano (mobilidade urbana, gênero, educação, saúde, transparência, meio ambiente, etc.) - e ser voluntária, realizando trabalhos pontuais e sem rotina, não seria suficiente para dar conta de tanta demanda. Justamente por isso, a Minha Jampa precisou se tornar uma Organização Não Governamental (ONG), com uma equipe fixa de pessoas, que recebem salários para trabalharem diariamente tentando monitorar as demandas mais urgentes que surgem como pautas numa cidade com mais de 800 mil habitantes.

Em 2016 conseguimos formar uma equipe disposta a trilhar essa trajetória de criação e construção de uma ONG no Nordeste do Brasil. Durante esses quatro anos de atuação, integro a equipe fixa de ativistas que compõe a Minha Jampa - o que me levou a passar por muitas experiências externas à UFPB, mas totalmente ligadas ao que estudamos durante todo o bacharelado em Ciências Sociais – e minha crença inicial era que principalmente as disciplinas da área de Ciência Política tinham ligação com o trabalho. E esse é outro ponto importante: a partir do 5º período, a maioria das disciplinas que escolhi cursar foram da área da Ciência Política, porque, além de me identificar com o conteúdo, conseguia ligar o meu fazer prático com o conteúdo passado nas aulas das disciplinas dessa área, mais do que nas disciplinas das áreas de Sociologia e Antropologia.

Nos últimos anos, devido a Minha Jampa, estive mergulhada em contato com experiências dentro de instituições, organizações e movimentos sociais, obedecendo protocolos, levando chá de cadeira de pessoas que ocupam cargos públicos, fazendo ações de rua ou *advocacy* na Câmara de vereadoras. Foram muitas interações criadas ou desenvolvidas para buscar compreender como expor os problemas políticos da cidade ou, quem sabe até, tentar resolvê-los junto com muitas sujeitas da sociedade civil. Não é difícil de imaginar a quantidade de questionamentos, medos e dúvidas que foram se empilhando a partir dessas experiências.

Por isso, procurei estudar mais sobre o que considerava, erroneamente, um contexto social a parte, e achei que ingressar num programa de pós-graduação em Ciência Política poderia ajudar a compreender algumas questões. Mas, depois de maturar a ideia lendo em sites de várias universidades quais disciplinas eram ofertadas pelos programas de pós-graduação (PPG's) e quais os temas de dissertação são defendidos, cheguei à conclusão que, na verdade,

a área que se revelava mais interessante para continuar trabalhando e estudando política seria a Antropologia (para minha própria surpresa!). Isto porque, como bem aponta Kuschnir (2007):

A abordagem antropológica privilegia técnicas de pesquisa qualitativas, voltadas para a realização de trabalho de campo com observação participante e entrevistas em profundidade, freqüentemente produzindo “estudos de casos”. No entanto, o antropólogo não ignora que as práticas e as representações observadas estão inseridas numa sociedade maior, num sistema político formal, com instituições de larga escala. Nesse esforço, a antropologia de um modo geral oscila entre sua fidelidade ao particular e a necessidade de produzir generalizações (KUSCHNIR, 2007, p. 166).

Assim, fiz os processos seletivos dos Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPB (PPGA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na UFCG. Passei em ambos, mas depois de todas as experiências, entendi que para desenvolver etnografias, eu preciso ser uma Antropóloga - dentro e fora da academia, pois “a antropologia pode contribuir nesse debate [sobre política] porque sua principal tarefa é estudar não o que a política deve ser, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico (KUSCHNIR, 2007, p. 166).

Para descrever melhor essa tomada de consciência ou mudança de área, utilizarei o ensaio “Antropologia política, ciência política, e antropologia da política”, escrito por Mariza Peirano em 1997. Ao ler Peirano, encontrei a resposta que sempre procurei dar quando me perguntam: “mas por que você escolheu fazer mestrado em antropologia se trabalha com política?”

Mariza Peirano divide o texto em duas partes, e na primeira, são feitas breves referências aos textos de Maria Antonia Alonso de Andrade (UFPA), Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC) e Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), todos apresentados na primeira seção do Grupo de Trabalho Cultura e Política da ANPOCS, em 1996. Pontos em comum assim como dessemelhanças foram encontradas entre os textos - mas um recorte, especialmente, me chamou atenção: Peirano destaca que Maria Antonia Alonso de Andrade é contundente no seu texto quando o inicia com a seguinte frase: “a ciência política não oferece instrumentos nem respostas satisfatórias para o que está por trás da conduta política” (PEIRANO, 1997, p. 19).

Juntando essa constatação com a breve pesquisa que fiz para me informar sobre os PPGs em Ciência Política, suas disciplinas e produções acadêmicas, vi que a Antropologia oferece métodos e meios que me permitirão estar atenta quando estiver em campo e formular teorias etnográficas³. E o mais importante: a política não é estudada apenas pela Ciência Política,

³ Retirado do texto Etnografia não é método, escrito por Periano (2014): “Mesmo assim, as concepções do que é etnografia variaram. Arte, para Evans-Pritchard, fonte de comparação, para Radcliffe-Brown, origem da teoria

diferente de como eu pensava. Talvez nos primeiros anos da graduação em Ciências Sociais, as disciplinas da área da Antropologia acabaram me levando a crer que a área só teria como interesse as populações indígenas ou nas alteridades - quando, na verdade, a Antropologia consegue me aproximar das realidades sociais que me cercam, bem como de outras realidades que desconheço através, principalmente, das etnografias produzidas. E se tratando especialmente da política, Karina Kuschnir consegue traduzir essa aproximação proporcionada pela antropologia quando escreve que

A abordagem da política pela antropologia pode ser definida de uma forma simples: explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política (KUSCHNIR, 2007, p. 163).

Além disso, sempre estive em contato com experiências consideradas políticas. Consciente ou não, observava e ao mesmo participava daquelas interações, não como cientista social em formação apenas, mas também e principalmente, como ativista e/ou diretora de comunicação da ONG para qual presto serviço. Então, ao longo dessa trajetória fui percebendo que os dados qualitativos que surgiam nas conversas e/ou entrevistas se revelavam mais interessantes para desvelar a realidade social em que estamos inseridas do que os dados quantitativos ou técnicos que poderíamos conseguir, as vezes com bastante esforço, em sites institucionais e/ou portais de notícias.

Meu interesse com a Antropologia cresceu de uma forma que não consigo descrever. Por isso, estou buscando me inteirar sobre o que minhas colegas universitárias - que também estudam na mesma região do país em que se encontra a minha universidade de origem - estão escrevendo, observando e descobrindo sobre a política, através do olhar antropológico e principalmente, das etnografias desenvolvidas no tempo da política.

A explicação do porquê buscar por etnografias feitas sobre o período eleitoral pode ser bem representado pela citação de Comeford e Bezerra (2013), retirada do texto de apresentação da coleção Antropologia da Política. As autoras afirmam que eleições dizem respeito ao tempo e não a um recorte ou esfera social, assim como Heredia e Palmeira: o tempo da política é a “interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar” (HEREDIA e PALMEIRA, 2010, p. 129). Sendo assim, o tempo da política é

Um tempo em que prevalece um reordenamento da vida social, em que as divisões sociais – como aquelas manifestadas nas facções políticas – se tornam explícitas, em

etnográfica, para Malinowski, hoje é o método genérico da antropologia – o que a esvazia de significado, ou a condena por pouco teórica”

que os conflitos se desenrolam de modo autorizado, e em que os indivíduos, as famílias e outras unidades sociais reafirmam ou redefinem o seu posicionamento no interior das suas coletividades (COMEFORD E BEZERRA, 2013, p. 469).

O texto utilizado anteriormente foi escrito sobre uma coleção produzida pelas pesquisadoras do NuAP (UFRJ/Museu Nacional), que surge no Brasil na década de 1990, e se torna referência em produções com o objetivo de examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia e aos aspectos do tecido social em sua totalidade. Segundo o site do NuAP, a opção etnográfica do projeto (em comícios, marchas, instituições, etc.) permite que a procura da alteridade “reposicione, quando não imploda, as categorias classificatórias paralisantes a que aderimos no mundo ocidental”.

O NuAP atua, como definiu Peirano (1998), a partir da “suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica” (1998, p. 24) - visão de campo e pesquisa que pode ser ampliada também para se enxergar a importância de desenvolver trabalhos etnográficos em ambientes e instituições definidos e legitimados pelos padrões ocidentais modernos como políticos. Escolhi pesquisar etnografias também pois

(...) a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos”, como nos alertou Evans-Pritchard em 1950. (PEIRANO, 1998, p. 4)

Ainda segundo Peirano, o que distingue a antropologia política da antropologia da política é a consagração da abordagem ou método etnográfico desta última, reforçando o interesse na empiria e legitimando as categorias nativas.

Além disso, pretendo desenvolver uma etnografia como dissertação, durante a pós-graduação que estou cursando. Não sei a partir de quando poderei ir à campo, porque escrevo este trabalho de conclusão de curso em meio à pandemia de Covid-19, que afetou todo o mundo. Como principal forma de prevenção ao vírus, é necessário que estejamos em distanciamento social. Quem pode, deve ficar em casa, pois, milhares de pessoas já morreram e outras milhares estão infectadas. Então, mesmo que desenvolva uma etnografia virtual, preciso saber quais os temas escolhidos pelas minhas colegas de profissão, bem como compreender como os trabalhos etnográficos são feitos em diferentes lugares, com sujeitas distintas e no decorrer dos anos, já que “se o mundo muda, boas monografias continuam a nos inspirar porque não são retratos fiéis, mas formulações teórico-etnográficas”, pois “etnografia não é método; toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 7).

Até aqui, creio ter conseguido formular os dois primeiros pontos das questões pontuadas, que eram: o porquê de ter escolhido o tema e de analisar etnografias. Por fim, resta apenas discutir sobre a última questão: qual a contribuição que este trabalho poderá dar às Ciências Sociais ou melhor: à Antropologia da Política?

Segundo Abélès (1997 apud KUSCHNIR, 2002, p. 166), “a antropologia não tem como objetivo criticar as práticas políticas, mas entender a maneira pela qual as relações de poder emergem numa situação determinada, adquirindo significado para os atores sociais”. Por isso,

(...) como intelectuais, temos que evitar que nosso desejo de melhorar a qualidade da democracia interfira na forma como coletamos e interpretamos os dados de pesquisa. Senão, ficaremos perpetuamente rotulando as pessoas em vez de tentar compreendê-las (KUSCHNIR, 2007, p. 165)

É importante ressaltar também que a responsabilidade da antropologia é

[...] entender a maneira pela qual as relações de poder emergem numa situação determinada, adquirindo significado para os atores sociais. Parte sempre do pressuposto de que a “democracia” é um modelo teórico, e que, portanto, não existe de forma pura. Questionar conceitos como “clientelismo” é deixar de tomar esse modelo como ponto de partida; é não considerar universais termos como, por exemplo, “individualismo”, “representação” e “domínio público”; é, finalmente, perceber que o universalismo é um valor inspirado no paradigma da modernização, na crença de que a imparcialidade e a objetividade devem prevalecer sobre as emoções e a subjetividade (como as que estão presentes nas relações baseadas na honra e na dádiva). (KUSCHNIR, 2007, p. 165)

Desta forma, e tendo como objetivo geral o levantamento bibliográfico de etnografias produzidas sobre o Nordeste em período eleitoral, esta pesquisa procura compreender e paralelamente, apresentar os resultados encontrados de outras pesquisas que focam em experiências particulares, na tentativa de fazer também uma análise comparativa - destes entre si. Assim, os trabalhos analisados serão (TABELA 1):

Tabela 1: Lista de trabalhos analisados, ano, autoras e seus vínculos institucionais.

Título	Autoria	Vínculo	Ano
Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco	Jorge Mattar Villela	UFSCar	2015
O problema do clientelismo em contextos locais brasileiros: reflexões sobre negociações de interesses entre elites políticas e eleitores	Murilo Guimarães	ICS/UL	2015

“O tempo da política”: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE	Carlos Eduardo Queiroz Pessoa Souza Ramos	UFCG	2015
Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral	César Barreira e Irllys Alencar F. Barreira	UFC	2012
O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana	Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes	UFBA	2017
A política de perto	Irllys Alencar Barreira	UFC	2006
O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco	Jorge Mattar Villela	USP	2004
Eleições e políticas no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição	Jorge Mattar Villela	UFSCar	2011
Segmentariedades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus	Marcio Goldman	UFRJ	2001

Fonte: a autora (2020)

O recorte temporal se daria logo após o período de redemocratização do Brasil, até o atual ano. Mas tendo em vista que as produções do campo da antropologia da política foram iniciadas neste período, fiz um recorte de outro período de tempo e os trabalhos analisados foram publicados depois dos anos 2000.

Isto porque, 1) durante as pesquisas os trabalhos encontrados foram desse período, e 2) seria interessante analisar quais dessas produções tiveram como referências aquelas autoras que foram as precursoras da antropologia da política no Brasil, tais como Palmeira, Heredia, Peirano, Chaves, Miranda, Rosato, Barreira, Kuschmir, Coradini, Scotto, C. Barreira, Goldman, entre outros, ou ainda 3) analisar quais destas autoras continuam produzindo na área.

Todos os trabalhos aqui analisados foram encontrados, não escolhidos. Apesar de haver uma diversidade de temas e campos – o que enriqueceu muito os resultados e discussões – não houve eliminação de outras pesquisas para priorizar esse critério. E do mesmo modo, houve também a repetição de autoras: três trabalhos foram escritos por Villela, que estuda o Sertão de Pernambuco, e dois foram escritos por Barreira, sendo um em parceria com C. Barreira. A escolha em mantê-los dentro do levantamento está baseada nas suas abordagens. Villela estuda o mesmo campo, mas a partir de diferentes perspectivas – memória e parentesco; clientelismo e voto como mecanismo de luta – e Barreira estuda campos diferentes – interior do Ceará, Natal e Fortaleza – com enfoques diferentes também: um é analisado a partir da perspectiva dos rituais de campanha e outro é alicerçado na economia moral e seus desdobramentos.

Assim, para chegarmos aos resultados e discussões, farei o resumo sobre cada trabalho analisado e sua ordem de apresentação será cronológica, começando pelo trabalho menos recente, realizado no ano de 2001 - até chegarmos ao último, produzido e publicado no ano de 2017. Mas, antes, será necessário um levantamento teórico sobre a relação da política com a antropologia, bem como a consolidação da antropologia da política no Brasil.

CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE ANTROPOLOGIA E POLÍTICA

2.1: Antropologia e política

A partir das décadas de 1930 e 1940, a antropologia política surgia como uma subdisciplina para analisar a política. A tentativa era de “compreender sociedades que tinham sistemas políticos complexos e propor uma reflexão sobre a essência do poder e dos modos de dominação” (DONEGANI, 2006; HEUSCH, 2006 apud NASCIMENTO et al, 2014). É necessário enfatizar, todavia, que bem antes dessa delimitação formal para analisar a política, a questão do poder já era centro da atenção antropológica desde o evolucionismo.

Isto porque, durante a tradição evolucionista, os estudos tinham como foco os sistemas de poder em sociedades consideradas “primitivas” - que eram categorizadas assim quando comparadas com sociedades cujo sistema político era considerado “moderno ou mais evoluído”. Desta forma, uma linha evolutiva era traçada e no seu ponto inicial encontravam-se os povos considerados primitivos, que deveriam evoluir até chegar no fim da linha ou chegar ao ápice do desenvolvimento, tendo como ideal de sistema político o Estado moderno.

Com o passar dos anos, as antropólogas recusaram-se a classificar negativamente as sociedades consideradas “primitivas”, e procuravam analisar outras dimensões sociais de sua organização política: “ao dissociar o entendimento da política da presença de instituições baseadas nos modelos da sociedade ocidental, a antropologia reafirmava a importância da pesquisa etnográfica para um entendimento mais profundo da vida social” (KUSCHNIR, 2002, p. 7).

Entre o final do século XIX e a década de 1920 a maioria dos estudos antropológicos ainda não tinham a política como interesse central de pesquisa. Porém, com o avanço da tradição estrutural-funcionalista britânica, a política começa a ganhar espaço dentro dos estudos antropológicos - principalmente no contexto colonial anglo-africano, à medida que buscavam entender como grupos e etnias sem Estado se organizavam socialmente. É também nesse contexto que surgem as reflexões sobre parentesco e sua importância para hierarquia, coesão social e organização política de determinadas sociedades (KUSCHNIR, 2007).

Tendo como referência inicial Radcliffe-Brown, sucederam-se autoras como Evans-Pritchard, Meyer Fortes, Max Gluckman, Edmund Leach e Victor Turner (KUSCHNIR, 2007) e entre as décadas de 1930 e 1940 diversos clássicos da Antropologia Política foram produzidos, tais como: *African Political Systems* (Sistemas Políticos Africanos), de Meyer Fortes (1906-1983) e Evans-Pritchard (1902-1973) em 1940; a monografia *Os Nuer* de Evans-Pritchard

(1940); e *Political Systems of Highland Burma* (Sistemas Políticos da Alta Birmânia), de Edmund Leach (1910-1989) escrita em 1954.

Nas obras de Radcliffe-Brown, “o estudo do sistema político de uma sociedade constituía-se em um dos meios privilegiados para se compreender a natureza de suas instituições sociais”. Enquanto que Evans-Pritchard, em *Os Nuer*, “desloca a discussão sobre a ausência de um Estado centralizado, mostrando que o sistema de parentesco era a chave da organização política daquela sociedade”. Já na obra *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*, é possível identificar que para Leach “era necessário mostrar que a estrutura social está em permanente mutação, parecendo estável e coerente apenas no relato etnográfico”, para tentar dar conta das mudanças sociais que aconteciam na sociedade analisada (CARNEIRO e KUSCHNIR, 1999, p. 237).

É importante ressaltar também que apesar de dialogarem entre si, esses antropólogos produziram a partir de diferentes abordagens:

Se em uma primeira etapa foi dada maior ênfase aos aspectos de coesão e equilíbrio social, à medida que avançamos no tempo observamos maior preocupação com as transformações sociais. Passando, assim, a situar as relações de poder não só no espaço como também no tempo, bem como entendendo-as a partir de temáticas como conflitos, rituais, mitos, identidades, status, representações e práticas (KUSCHNIR, 2002, p. 8).

Nas décadas de 1950 e 1960 uma nova fase da Antropologia Política é iniciada, com análises historicizadas e voltadas para processos de transformação das estruturas sociais - tudo para atender “uma conjuntura mundial na qual convivem forças políticas e culturais em diversos níveis como comunismo, capitalismo, colonialismo e movimentos sociais de diversos tipos” (KUSCHNIR, 2007).

Em seguida, nas décadas de 1960 e 1970 as obras de Frederick G. Bailey (1924) foram publicadas. A preocupação fundamental do autor era definir aquilo que seria universal na política - pois para Bailey, existiriam comportamentos políticos que se repetiam em todas as partes. Outros trabalhos importantes foram publicados na mesma época: *Political Anthropology* (Antropologia Política, 1966, organizado por Swartz, Turner e Tuden) e *Local-Level Politics: Social and Cultural Perspectives* (Política local: Perspectivas sociais e culturais, 1968, organizado por Swartz).

Victor Turner (1920-1983) também foi um dos importantes antropólogos, produzindo nesse contexto as obras como *O processo ritual*, escrita em 1969, e *Drama, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society* (Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana) em 1974. Segundo, Kuschnir (2002) “Turner desenvolveu um método de observação e análise de ‘dramas sociais’, episódios em que conflitos e tensões inerentes a

um grupo social irrompem publicamente. Sua perspectiva de análise focaliza a permanente oscilação entre ordem e mudança, equilíbrio e desequilíbrio, estrutura e antiestrutura” e na dimensão da subjetividade dos atores sociais (p. 8).

A obra de Pierre Clastres (1934-1977), principalmente seus livros *Arqueologia da violência* e *A sociedade contra o Estado*, são fundamentais para a consolidação da Antropologia Política, pois propunha uma relativização na noção de política. Além disso, para o autor, são as relações de poder - ou a esfera política - que estruturam as relações sociais. E poder aqui, é compreendido a partir de princípios diferentes daquele poder coercivo do Estado, por exemplo. A finalidade do poder é a de “perpetuar o caráter igualitário das relações sociais, e se exerce em nome do grupo” (CARNEIRO e KUSCHNIR, 1999, p. 239). Para Clastres,

O poder político é universal, inerente ao social e, diferentemente do que ocorre nas sociedades com Estado, pode ser exercido de forma não-coercitiva. Nas sociedades primitivas, principalmente nas sul-americanas (foco de seus estudos etnográficos), a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso (KUSCHNIR, 2002, p. 8).

À medida que se consolidava institucionalmente, a Antropologia Política também sofria críticas. Uma delas foi feita pelo cientista político canadense David Easton (1917-2014) que “cobrava da antropologia um enfoque que tomasse as práticas e instituições políticas por si mesmas e não por suas relações com as demais esferas sociais, como o parentesco, por exemplo” além de criticar também “a definição de poder dos antropólogos, que teria se tornado tão ampla que poderia ser encontrada em qualquer situação social, englobando todos os temas da disciplina” (KUSCHNIR, 2002, p. 2).

Entretanto, era justamente neste ponto que residia a principal diferença entre a Ciência Política e a Antropologia Política, segundo o estudo de Schemeil (2006): enquanto a antropologia política tentava transformar o exótico em familiar, a ciência política tentava fazer o inverso, ressaltando assim, divergências entre as suas literaturas:

Para a autora, o poder, por um lado, pode ser muito menor quando envolve a política, e por outro lado, pode ser maior quando se refere ao espaço da sociedade. Ademais, o referido estudo trata de como a antropologia da política foi capaz de dar conta de enfocar a realidade da natureza humana e a realidade da cultura. Defende que em qualquer sociedade, mesmo aquelas chamadas de “primitivas” ou “sem Estado”, a política sempre exerceu uma função essencial de decisão. (SCHEMEIL, 2006; COHEN, 1979 apud NASCIMENTO et al. 2014, p. 113).

Além disso, Bezerra e Comeford (2013) afirmam que Antropologia passou a utilizar a abordagem da política para entender como atores sociais identificam e experimentam a política e também pelo fato de que as relações sociais estão ligadas às relações de poder. (NASCIMENTO et al, 2014, p. 113). Ainda assim, no que tange aos estudos da política, a

antropologia dá sua contribuição na medida em que consegue explicar como esta é para um determinado grupo em um contexto social específico, ou seja, o que a política representa e significa para aquele grupo (BEZERRA; COMEFORD, 2013). A contribuição deste estudo reside no fato de que é possível analisar como os grupos que estão na política pensam deles próprios e como a política é recortada de acordo com cada comunidade. (NASCIMENTO et al, 2014, p. 113).

2.2: O surgimento da Antropologia da Política

Como afirma Alencar Chaves (2004), a Antropologia da Política, apesar de recente, é um campo muito frutífero. Para entender quais as suas delimitações ou campos de interesse faz-se necessário, inicialmente, considerar a diferença entre esta e a Antropologia Política - subdisciplina da antropologia social, surgida entre as décadas de 1930 e 1940, que estava em foco até o momento.

Como vimos, antes mesmo de ser delimitada formalmente pela subárea da Antropologia Política, a questão do poder já era um dos temas de interesse da Antropologia. A novidade da subdisciplina é a sua autonomia, pois possuía objetos, métodos e subespecialidades próprias, além de analisar o que considerava um subsistema: a política. De acordo com o Cadernos do NuAP 1, publicado em 1998,

As duas grandes teorias da “antropologia política”, a sistêmica e a processualista, operaram de forma dualista opondo indivíduos (ou interações individuais) e sociedades (ou grupos) e substancializaram a política (e o “poder”), localizando-a em um subsistema social específico ou fazendo da política uma dimensão sempre presente em qualquer relação social. Nos dois casos, mesmo que por razões distintas — ausência da instituição ou desinteresse generalizado nas instituições —, a “antropologia política” se fez fora do Estado (Cadernos NuAp, 1998, p. 7).

Em meados do século XX a Antropologia Política e sua relativa autonomia são questionadas devido à universalidade da noção de poder, perdendo prestígio e entrando em crise. Assim, passa-se a

a) reconhecer que a política está imbricada no tecido social, fundando-se em princípios que atravessam toda a sociedade, o que problematiza as fronteiras entre domínios sociais; b) questionar a pertinência da hierarquia entre macro e micropolítica; c) sugerir que a autoridade (dominação) tradicional do esquema weberiano e a autoridade religiosa mantêm mais vínculos do que se imaginava; d) pensar o Estado e a política nos termos em que são pensados e vividos pelas populações nativas; e) reconhecer que os rituais constituem o cerne mesmo da política em muitos contextos sociais (Cadernos NuAp, 1998, p. 7).

Em seguida, entre a década de 1980 e 1990, muitos trabalhos⁴ sobre política dentro do campo da Antropologia surgem no Brasil, junto com a proposição do Núcleo de Antropologia da Política⁵: “parece-nos que é o momento de utilizar tudo o que a antropologia aprendeu durante mais de um século de contato com a política das ‘outras’ sociedades para construir um olhar compreensivo sobre ‘nossa política’ (Caderno do NuAP, 1998, p. 7). Assim, trabalhos como “Sem lenço, sem documento”, Peirano (1986); “Cidadania e Violência” escrito por Gilberto Velho e Marcos Alvito (1996) e “O papel das instituições civis na construção de uma identidade positiva para a Baixada Fluminense” de Ana Lucia Silva Enne (1996), “Vila Operária e Cidadania: Sociologia e Política” de José Sergio Leite Lopes (1994) e “O sucesso de uma política: interrogação sobre os efeitos sociais de ações políticas” de Afrânio Garcia Jr. (1988) são exemplos destes trabalhos produzidos sobre a área e para além do NuAP.

Dessa forma, a Antropologia da Política foi sendo consolidada no Brasil logo após o período de redemocratização. Para Comerford e Bezerra a intenção inicial da Antropologia da Política é “lançar um olhar antropológico (que não é privilégio de antropólogos) sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas” (p. 468) para então

(...) realizar um descentramento em relação à ideia de uma “antropologia política”, tal como formulada em meados do século XX, como uma subespecialidade dentro da antropologia definida por um domínio previamente recortado pelo analista, analogamente a outras subespecialidades como a “antropologia económica”, “do parentesco”, etc. (COMERFORD e BEZERRA, 2013, p. 468).

Pois,

Desenvolver uma antropologia da política deveria permitir refinar, acionando a etnografia e a comparação que estão no cerne da tradição antropológica, a percepção das complexas maneiras pelas quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas; bem como descrever e analisar o que, em cada contexto, é delimitado como pertinente à política (COMERFORD e BEZERRA, 2013, p. 468).

Assim, a antropologia da Política que foi se consolidando no Brasil ancora-se na intersecção entre o que é considerado a partir do “ponto de vista do nativo” como política (ALENCAR CHAVES, 2004, p. 378) e o que é colocado fora desse domínio (religião, parentesco, direito, relações pessoais). Através da etnografia, “trata-se de analisar eventos, situações, rituais, dramas ou processos sociais reveladores dessas interseções e seus efeitos” (Cadernos NuAP, 1998, p. 9).

⁴ O que não significa que antes desse período outros trabalhos tenham sido desenvolvidos – a exemplo de trabalhos de Moacir Palmeira (1966, 1976, 1977, 1979)

⁵ Apesar deste trabalho enfatizar a produção de autoras que compõe o NuAP, ele não é o único Núcleo, Laboratório ou Grupo existente que pesquisa a política (ou Estado, Governo, Políticas Públicas) a partir da Antropologia. No subtítulo “2.4: Outros Horizontes” deste capítulo, abordarei outras linhagens de pesquisa e grupos existentes a partir do trabalho de Teixeira e Lima (2010).

Podemos considerar que em sociedades complexas o conhecimento acumulado pela Antropologia volta-se também para analisar o Estado, partidos, parlamentos e órgãos governamentais - cuja pretensão é de impor a representação dominante da política, que nos primórdios não estavam presentes nas análises da Antropologia Política (COMERFORD e BEZERRA, 2013).

Sendo assim,

Uma “antropologia da política” distingue-se, pois, da “antropologia política” na medida em que consagra a abordagem etnográfica, refina a comparação como enfoque metodológico, reforça o interesse em determinado domínio empírico sem substantivá-lo, e acentua a legitimidade das categorias nativas (Cadernos NuAP, 1998, p. 7).

Além disso, Karina Kuschinr (2002) procura diferenciar a Antropologia Política da Antropologia da Política afirmando que, no primeiro campo “a palavra ‘política’ corre o risco de ser entendida de forma adjetivada”, já “no segundo é nitidamente compreendida como objeto de pesquisa” (p. 6). A distinção é importante pois existe a preocupação em não confundir dados etnográficos com a posição ideológica das pesquisadoras.

2.3: Consolidação da Antropologia da Política no Brasil

Segundo Kuschnir, “a Antropologia da Política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política” (p. 163). Aparentemente simples, essa proposta é mais complexa do que se mostra, pois envolve dois pressupostos: 1) de que a sociedade é heterogênea, composta por redes com diversas percepções da realidade; e 2) que a política não é um dado a priori e por isso, deve ser investigada a partir de contextos particulares (KUSCHNIR, 2007). A sua abordagem busca compreender a interpretação das sujeitas sociais sobre instituições, relações e objetos ligados ao seu cotidiano, tendo como base a dimensão simbólica (KUSCHNIR, p. 163, 2007).

No Brasil, a adoção da expressão “Antropologia da Política” acompanha mudanças semelhantes ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, onde encontramos cada vez mais menções à *anthropology of politics* ou *anthropologie du politique*. Porém, muitos livros na área ainda são classificados como “Antropologia Política” (KUSCHNIR, 2007, p. 163).

Entretanto,

É nesse contexto de repolitização da sociedade, a partir de questionamentos oriundos de um misto de interesse prático e de engajamento intelectual com o processo de redemocratização, que surgem as primeiras pesquisas antropológicas orientadas, por exemplo, para a compreensão dos símbolos de cidadania expressos nos documentos (Peirano, 1986); para a problematização da não-conversão da lealdade sindical em capital político (Palmeira, 1992; Palmeira e Herédia, 1995), ou para a investigação da

percepção popular a respeito da política, por ocasião das primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989 (Chaves, 1993). (CHAVES, 2004, p. 377)

A consolidação do campo é constituída a partir da escrita de vários trabalhos, alguns deles citados anteriormente, e também com a criação do Núcleo de Antropologia Política (NuAP). Utilizaremos aqui a sua criação como um dos marcos para consolidação deste campo pesquisa. O surgimento do NuAP vem através de uma aprovação de um grande projeto de pesquisa pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério de Ciência e Tecnologia em 1997, composto por três linhas de pesquisa que se complementam nas ênfases diferenciadas com que focalizam o estudo da política: Representações da Política; Rituais da Política; Violência na Política. Como a “democracia e a política são noções polissêmicas, seus sentidos sendo definidos contextualmente pelos agentes e grupos sociais (...) analisar esses sentidos é uma das ambições deste núcleo” (Cadernos do NuAP, 1998, p.4).

A sede do NuAP fica no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da UFRJ e reúne docentes e pesquisadoras de várias instituições como a Universidade de Brasília, do Ceará e do Rio Grande do Sul. Seu objetivo, segundo o site institucional, é “examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia e, portanto, aos aspectos do tecido social em sua totalidade” bem como

Compreender, simultaneamente, dois sentidos da política: como princípio de unificação e identidade, designando “comunidades políticas” (o partido, a cidade ou a nação); e como um domínio específico (um mundo de profissionais com regras e valores próprios) (Cadernos do NuAP, 1998, p.4).

Sua atuação, como definiu Peirano (1998), parte da “suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica” - visão de campo e pesquisa que pode ser ampliada também, para se enxergar a importância de desenvolver trabalhos etnográficos em ambientes e instituições definidos e legitimados pelos padrões ocidentais modernos como políticos. Justamente por isso, a sua criação tem permitido reposicionar as categorias que paralisam e classificam o mundo ocidental, produzindo novas e ricas questões e dúvidas. Além disso,

A comparação desses elementos com outras experiências nacionais propicia o refinamento teórico de categorias já naturalizadas no senso comum intelectual das ciências sociais no Brasil, fazendo com que a ênfase etnográfica, que define a antropologia, autorize a ambição de iluminar, de ângulos novos, alguns problemas sociológicos clássicos (Cadernos do NuAP, 1998, p.4).

Outro ponto importante levantado pelo NuAP é a necessidade de se analisar a sociedade brasileira de modo consciente e controlado a partir de uma “perspectiva comparativa deslocada dos contrastes já tradicionais onde o Brasil aparece sempre como a face negativa de uma modalidade positiva” (p. 9) - sendo modalidade positiva baseada em sociedades nacionais tidas como tipos ideais, como Estados Unidos, por exemplo. A partir dessa constatação e de práticas

e termos comumente associados ou praticados na política brasileira - mandonismo, coronelismo, clientelismo, etc. - tem-se a impressão que tudo que gira em torno deste campo é atrasado ou inferior, já que toma como base princípios democráticos inspirados em experiências europeias/norte-americana. Entretanto

A antropologia pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política deve ser, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico. Compreender, “do ponto de vista do nativo”, práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos pode gerar incômodo, intelectual ou cívico, mas um incômodo necessário, pois, como disse Geertz, “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa” (KUSCHNIR, 2002, p. 166).

Até o momento já foram publicados 33 livros sobre uma multiplicidade de temas, tais como eleições, comícios, marchas e movimentos sociais, festas da política, violência e crimes por encomenda, direitos, perda de mandato de congressistas, políticas públicas, monografias sobre a vida em pequenos municípios e cidades periféricas, documentos e identificação cívica.

É importante ressaltar que as produções da antropologia da política no Brasil foram iniciadas no contexto de redemocratização (a partir de 1984), justamente por surgirem “questionamentos oriundos de um misto de interesse prático e de engajamento intelectual” (ALENCAR CHAVES, 2004, p. 377). Na ocasião, “multiplicam-se os partidos políticos, organizam-se movimentos sociais e as intervenções em discussões públicas, as eleições ocorrem regularmente e a imprensa trabalha com liberdade”, bem como houve “a incorporação de análises sobre o Estado, a administração pública e a política no Brasil no campo das investigações antropológicas” ganhando estatuto de objetos de investigação (COMERFORD e BEZERRA, 2012, p. 466).

Por isso, a partir da década de 1990 muitas análises foram produzidas, tais como: *Política, facção e compromisso: alguns significados do voto*, escrito por Palmeira (1991); *Política Ambígua*, de Palmeira e Heredia (1997); *Elementos para uma análise antropológica do voto*, Palmeira e Goldman (1996); *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*, Bezerra (1995); e *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*, Bezerra (1999); *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional*, Teixeira (1998); e análises de Kuschnir (1993, 1998 e 1999), entre outras.

O objetivo destes trabalhos foi compreender as práticas políticas e os significados que as sujeitas dão as suas práticas:

Nessa perspectiva, Kuschnir (2007) salienta que a antropologia da política é uma antropologia em que a política é um dado etnográfico que deve ser analisado com os instrumentos clássicos da disciplina: trabalho de campo, observação participante, entrevistas, a fim de compreender, do “ponto de vista dos nativos”, diferentes visões sobre o mundo da política, o que não é fácil, porém não nos é impossível. (NASCIMENTO et al, 2014, p. 119).

2.4 Novos horizontes

Até aqui, este trabalho ganhou um contorno muito específico que resultou numa investigação voltada para a produção de um dos Núcleos de pesquisa – o NuAP. É óbvio que outros grupos com outras pesquisadoras da área da antropologia também tenham a política como questão central de pesquisa apesar de não estarem em foco nesta pesquisa.

Entretanto, compreendendo a importância da ampliação da visão investigativa e evidenciando onde o debate antropológico acerca da política ressoa, utilizei o trabalho de Teixeira e Lima (2010) para apontar tendências mais recentes na produção antropológica e certo perfil de abordagem do poder, administração e da governança nos programas de pós-graduação em Antropologia, bem como na institucionalização de pesquisadoras e seus trabalhos através da criação de laboratórios e núcleos de pesquisa.

As autoras fazem um levantamento dos cursos de pós-graduação em Antropologia no Brasil, e a partir de suas ementas apresentaram como tendências gerais dois tipos de cursos: os que tomam a temática em si como eixo articulador da literatura a ser discutida, e aqueles que, a partir de outro recorte, a incluem (p. 65).

Assim, os cursos encontrados dentro do primeiro eixo foram Antropologia (da) Política, Cultura e Política, Cultura e Poder, Antropologia do Poder, Antropologia dos Estados Nacionais, Antropologia do Direito, entre outras. A partir dos temas estudados e das obras que servem como base para estes cursos, foi possível identificar que o percurso disciplinar vai no sentido de questionar a universalidade do Estado e do seu lugar como definidor das relações políticas.

No segundo eixo, que possui várias e diversificadas disciplinas, o debate sobre administração e governança são inseridos e “as intervenções governamentais são abordadas etnográfica e teoricamente” (p. 68). Aqui, autores como Foucault são imprescindíveis, na composição das ementas.

Além disso, as autoras apresentam como as pesquisadoras buscaram institucionalizar seu trabalho, a partir de núcleos, laboratórios e grupos. Em destaque estão: Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero - Unicamp), Laboratório de Pesquisas em Etnicidade (UFRJ), Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (UFF). Além de alguns criados mais recentemente, como: o Hybris (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos e Sociabilidades, UFSCar), Núcleo de Antropologia do Direito (USP), Gaia (USP), Laboratório de Antropologia, Saúde e Saneamento (UnB).

Para além de grupos, também podemos citar aqui algumas pesquisadoras que atualmente estão contribuindo com a área de estudo. Uma delas é Letícia de Faria Ferreira, professora adjunta de História na Universidade Federal do Pampa. Ferreira participa do grupo de estudos em História Oral e Contemporânea da Universidade Federal de Rio Grande e atua principalmente nos seguintes temas: questão agrária, relações pessoais, cultura e história política, etnografia e memória. Atualmente seus temas de trabalho são: Histórias da Fronteira Sul, etnografias de Comunidades Quilombolas e religiões afro e com estudos sobre memória dos trabalhadores da campanha gaúcha e fronteiriça.

Uma das pesquisadoras nordestinas que tem um extenso trabalho na área da Antropologia da Política é Elizabeth Cristina Lima – que, inclusive, orienta a dissertação escrita por Ramos (2015), analisada neste trabalho. Atualmente é professora titular de Antropologia na Universidade Federal de Campina Grande, líder do Grupo de Pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas, membro do Grupo de Estudo Núcleo de Estudos Paranaense e Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Mídia e Política - LECMIPO, além de Membro do Laboratório de Pesquisas em Política e Cultura - LEPEC, da UFC. Suas pesquisas envolvem as áreas de gênero e política, cultura e política, voto e comportamento eleitoral, com ênfase em estudos de antropologia da política, a mulher e a disputa por espaços de poder, cotidiano da política, política no ciberespaço.

Ou seja: há um vasto campo de pesquisa, com muitas pesquisadoras, diversas e abordagens. “Os horizontes possíveis são vastos e não excludentes” (p. 79).

CAPÍTULO 3: RESUMOS DOS TEXTOS LEVANTADOS

Neste capítulo, os resumos se encontrarão em ordem cronológica, com base no ano de publicação de cada trabalho. Começaremos pela pesquisa de Goldman, publicada em 2001 e finalizaremos com a pesquisa de Alves e Fernandes, publicada e apresentada em 2017.

3.1: Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus

Autor: Marcio Goldman (2001)

Com o objetivo de realizar um estudo antropológico da política na cidade de Ilhéus, na Bahia, Goldman orienta sua investigação pela perspectiva cética e descentrada que o movimento negro tem a seu respeito. E a partir dessa perspectiva, Goldman propõe a introdução do conceito de segmentaridade na análise da política de sociedades dotadas de Estado.

O autor faz um levantamento histórico da política local, procurando saber: quem são os atores e sujeitas que compõem esse quadro, suas trajetórias e a quais partidos/facções eles compõem. Com esse levantamento, surgem as principais questões que guiam a construção do texto: seria interessante substituir “partido”, “grupo de interesse” ou “facção” pela noção de “grupo segmentar”? E essa substituição seria legítima? Ou seja, as unidades e processos efetivamente relevantes no funcionamento político de nossa sociedade seriam realmente da mesma natureza que os observáveis nas chamadas sociedades segmentares?

A partir disso, Goldman busca resgatar a introdução da noção de segmentaridade, passando por outras autoras que utilizam desse conceito e como ele vai sendo ajustado ao decorrer da análise. A sua pretensão não é entrar no debate sobre a quantidade de mudanças ocorridas em torno da questão da segmentaridade, e por isso, limita-se a assinalar alguns pontos que ele considera como cruciais para a superação de um “dualismo congênito entre organização social e representação mental, e para eliminar os fantasmas que assombram a segmentaridade: a morfologia e a tipologia” (p. 68).

A resposta à primeira questão levantada por Goldman é positiva, se compreendermos a noção de segmentaridade proposta após todo levantamento teórico feito. Quanto a segunda questão, a noção de segmentaridade permite uma melhor compreensão das movimentações políticas e dos políticos tratando-as como efeitos do funcionamento de um sistema dotado de um certo tipo de estruturação dinâmica. Além disso, a “politização” da noção de segmentaridade permite a compreensão que em política não é incomum: que alianças que cortam o espaço segmentar sejam efetuadas.

A conclusão, nas palavras do autor:

Se a “busca pelo segmentável” é a busca pelo “unificável” (Herzfeld 1992b:63), é porque a própria segmentaridade, ao contrário do que se costuma imaginar, não consiste na divisão de uma suposta unidade primeira em entidades discretas, mas na conversão de multiplicidades em segmentos, ou seja, em unidades simultaneamente divisíveis e unificáveis.

“Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus”, é um trabalho denso e muito bem elaborado por Goldman. De todos os trabalhos lidos e utilizados como base para o desenvolvimento dessa pesquisa, este, sem dúvidas, foi o que mais utilizou diferentes referências e de longe, foi o trabalho mais complexo de ser compreendido. Para construí-lo, o autor se baseou em Evans-Pritchard e Fortes (1940), Evans-Pritchard (1978, 1950, 1949), Dumont (1968, 1970), Fortes (1945, 1953, 1945), Lienhardt (1961), Goldman (1999), Lienhardt (1958), Middleton e Tait (1958), Southall (1965), Smith (1956), Deleuze e Guattari (1980), Southall (1965), Sahlins (1961), Swartz, Turner e Tuden (1966), Swartz (1967), Nicholas (1966), Goldman e Palmeira (1996), Kuper (1988), Barnes (1962), Gellner (1969), Peters (1959, 1967), Salzman (1978), Malinowski (1935, 1972), Meeker (1979), Dresch (1986), Karp e Maynard (1983), Herzfeld (1987,1992), Favret (1966), entre outros.

3.2: O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco

Autor: Jorge Mattar Villela (2004)

Observando três cidades situadas na mesorregião do Sertão de Pernambuco, Villela objetiva neste trabalho mostrar como o dinheiro (se apresentado sob sua forma pura monetária) torna instantânea e finita a relação de eleitoras e candidatas, cujo alongamento da duração sob a forma credor/devedor é por vezes a mais desejável. A hipótese de Villela é que a duração daquele tipo de relação é obtida em virtude das táticas e estratégias de ambos, mais do que da natureza do que é oferecido.

Para isso, Villela lança mão do conceito de reciprocidade como fundadora das relações sociais, bem como destaca sua contribuição para o equilíbrio social - embora esta tese venha sendo refutada desde 1990, segundo Weiner 1992. Utiliza Mauss (1993 [1925]), Sahlins (1965; 1968), Lévi-Strauss (1942; 1967) para também ressaltar a reciprocidade ou troca como meio de impedir conflitos. Também evoca autores e etnografias sobre o sistema político brasileiro, clientelismo e a função cada vez mais relevante do dinheiro, que pode ser transformado em diversos recursos para angariar votos.

De acordo com sua pesquisa, a época da política é o tempo em que alguns querem votos e outros querem favores. Mas os estudos concernentes a eleições mostram que essa reciprocidade não é nem "heteromórfica" nem "homeomórfica" (Gouldner 1960:172). Há uma diferença entre o que se dá e o que se pede, bem como a quem se pede e quem recebe - pois seria inusitado pedirem-se votos, distribuindo bens, dinheiro, serviços e promessas a uma população desconhecida.

O dinheiro, de acordo com as avaliações nativas assume uma dupla característica: é o signo do atraso e do clientelismo e, ao mesmo tempo, índice de progresso e desenvolvimento. As conclusões apresentadas são: que o dinheiro, segundo este interveniente, vincula mais que os favores e que os favores valem mais que o dinheiro. Isto porque os favores criam vínculos mais profundos entre o político que dá e o eleitor que recebe (p. 283).

3.3: A política de perto - Recortes etnográficos de campanhas eleitorais *Autora: Irllys Alencar Firmo Barreira (2006)*

Esta etnografia analisa as campanhas eleitorais como uma espécie de reencantamento da política e elaboração do ideal de proximidade entre político e eleitores. Seu objetivo é refletir sobre os atos de campanha eleitoral realizados nas metrópoles do Nordeste do Brasil – Fortaleza-Ceará, e Natal-Rio Grande do Norte - e com base no conceito de ritual. Assim, a pesquisa explora as estratégias de aproximação entre candidatos e eleitores e as ações simbólicas que contribuem para a construção da representação política.

Para tratar da política como um ritual, já que “os ritos eleitorais constituem, portanto, excelente oportunidade para se observarem as dissidências e alianças existentes no campo político, normalmente presentes nos bastidores e desconhecidas para a maioria da população” (p. 179), a autora utiliza-se de conceitos elaborados pelas autoras: Bourdieu (1982), Durkheim (1979), Da Matta (1990), Rivière (1998), Shils (1992), Coppet (1993), Peirano (2001), Baumann (1993), Abêles (1997), Cazeneuve (1971), entre outros. Para referenciar um de seus capítulos intitulado *A escrita móvel*, Barreira cita Certeau (1994), Magnani (2002), Canevacci (1990) e Favre (1990). E ao longo do texto, evoca também os clássicos da antropologia da política Palmeira e Heredia (1995), bem como Alencar Chaves (2003) para escrever sobre comícios.

Como resultado, Barreira afirma que os rituais são linguagens de campanha que, por sua vez, indicam as maneiras por meio das quais os candidatos se dão a conhecer perante os eleitores. Também acrescenta que a formulação de mecanismos de proximidade, valores de

identificação e transparência constituem recursos de campanha acionados tendo em vista a recuperação dos elos perdidos. Nesse sentido, o significado dos rituais é ampliado, não podendo ser considerados apenas como meras estratégias de conquista de votos ou simples encenação da política: eles redefinem pactos sociais que validam os princípios da representação política.

3.4: Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição

Autor: Jorge Mattar Villela (2011)

Tendo como universo de pesquisa a cidade com o nome fictício de Monte Verde, situada em Pernambuco, Villela analisa como as escolhas eleitorais feitas pelos monteverdenses nas eleições de 2004 foram imprevisíveis, a ponto de derrotar o candidato Dr. Ricardo, que tinha muitas chances de levar o pleito por conta de sua trajetória política e histórico de vitórias de outros candidatos da cidade.

O autor levanta a hipótese de que as forças que derrotaram Dr. Ricardo giraram em torno da mobilização retórica do temor do crescimento de seu poder no município, do ultraje da candidatura de sua mulher como vice-prefeita, da suspeita de sua posterior candidatura para a deputação estadual.

Como resultados, Villela traz três perspectivas que podem levar-nos a explicação do porquê tal fato aconteceu: 1) não há despolitização nem apolitismo em proveito da mercantilização do voto ou das eleições, em nome de satisfações materiais e de prazeres em troca da liberdade (Veyne 1976 : 93-9816); 2); os eleitores sertanejos são tão agentes quanto pacientes dos processo eleitoral e o constituem como terreno de luta, campo de batalha, território de conflitos (Marques e al. 2007); e 3) os eleitores não esperam de seus candidatos que implementem programas políticos que melhorem a vida de toda a sociedade. Eles solicitam, quando muito, as que elevem especificamente aquilo que lhe é muito próximo - o que coloca a democracia representativa num lugar de conflito, enfrentando insinuações do particular em meio a seus ideais universalistas.

Além dos autores citados acima, Villela embasa sua etnografia a partir de conceitos de autores como Veyne (1976), Clastres (1974), Abensour (2004), Deleuze e Guattari (1980), Lemieux (1970), Jankowski (1991), Abèles (2001 e 2002), Paley (2002), Taylor (1993), Schirmer (1998), Aretxaga (2000), Bellier (2002), Burawoy et al. (1999), West e Kloeck-Jenson (1999), Geertz (1963), Michelutti (2007), Veyne (1984), Piattoni (2001), entre outros.

3.5: Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral

Autoras: César Barreira e Irllys Alencar F. Barreira (2012)

Tendo como universo de pesquisa a Câmara Municipal de Aquiraz, no estado do Ceará, as autoras registraram a existência de uma economia simbólica formada de práticas e percepções que influenciam a adesão a candidatos, construída mais no campo das dádivas que no âmbito do direito. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi pensar sobre essas práticas comumente catalogadas como “ausências” (de cidadania, “consciência política” e moralidade) para alocá-las no contexto das representações culturais e práticas sociais vigentes na situação e contextos analisados.

Para as autoras,

(...) a troca de dádiva e seus limites, os sentidos de pertencimento e reconhecimento e a lógica paradoxal do interesse versus desinteresse fornecem embasamentos teóricos relevantes para explicar a busca de adesão de candidaturas, os sentidos de representação política e as transações estabelecidas em torno do voto (p. 330).

E por isso, a conclusão do trabalho evidenciou a existência de um conjunto de percepções e ações que se interpõem no âmbito das adesões e escolhas de candidaturas, sem negar a vigência dos mecanismos de “ajuda” como espaço de dominação simbólica e sem desconhecer a existência de modos de transformação do voto em mercadoria e revelando a complexidade das operações e classificações que subsidiam representações e práticas políticas de eleitores.

Barreira e Barreira usam Mauss (1974), Honneth (2003), Bourdieu (1997), Simmel (1999), Godbout (1999), Honneth (2003) e também autoras brasileiras como Heredia (1996), DaMatta (1979), Cardoso de Oliveira (2006), Kuschner (1996) e Peirano (2006) para embasar os conceitos acionados ao decorrer do texto.

3.6: Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco

Autor: Jorge Mattar Villela (2015)

Villela vem através deste trabalho mostrar alguns modos pelos quais os mortos são chamados a interferir em alguns aspectos centrais da vida cotidiana em três municípios - ficticiamente nomeados de Monte Verde, Monsanto e Jordânia - situados no sertão de Pernambuco. A sua hipótese é que no contexto pesquisado, família faz Estado e a memória familiar escreve história política - caminho contrário da lógica que, segundo o autor, é

estabelecida, onde nas relações entre família, memória e estados nacionais, estes últimos assumem metáforas da genealogia familiar com fins políticos.

A pesquisa ainda mostra que há dissociabilidade entre família e política, pois a família colabora para a construção de laços políticos sociais ou artificiais (partidos, eleitores, etc.) – além de ser polissêmica, multifuncional e heteromórfica. Portanto, “se a família faz política, se ambas são feitas com base no parentesco e se parentesco no sertão de Pernambuco monta-se preferencialmente nas bases da genealogia, então não se fazem (nem se desfazem) política e parentesco sem os ancestrais, quer dizer, os mortos” (p. 338).

Para Villela, as reflexões feitas indicam que sem interferência dos mortos, da memória, da política e da família os demais aspectos não funcionam ou existem de outra forma, sob outro sistema. Se há um esforço modernizante da política, que retira a família deste campo, esse esforço pode também condenar os mortos ao silêncio e negligência de suas ações passadas e futuras. O que leva o autor a questionar: “resta saber se o esforço modernizante da política sem família não fará dos mortos reivindicantes de outros espaços, mais presentes e influentes” (p. 354).

Autores como Foucault (1978, 1975), Latour (1974), Geschiere e Bayart (1995), Pedersen (2012), Comeford (2003), Abelès (2001), Frazer (1933), Malinowski (1916), Bosi (2002), Hobsbwan e Ranger (1983), Rabinow (1975), Weston (1991), Bouquet (1996), entre outros são usados para referenciar memória, mortos e vivos, política e família e outros recortes encontrados no texto.

3.7: O problema do clientelismo em contextos locais brasileiros: reflexões sobre negociações de interesses entre elites políticas e eleitores Autor: Murilo Guimarães (2015)

A presente pesquisa trata de observar as relações entre homens e mulheres eleitoras e as elites políticas de uma cidade do interior da Bahia, de modo a perceber a influência do poder econômico sobre os seus posicionamentos políticos. A hipótese do autor é que a cultura política brasileira vem passando por uma transição, na qual os sistemas políticos, com as instituições que conformam a democracia, parecem esvair-se ante populações cada vez mais imbuídas das defesas dos direitos sociais advindos de gestões eficientes de políticas públicas conduzidas por governos de orientação popular.

Guimarães supõe que a atenção do eleitorado esteja migrando de um campo de favorecimento eminentemente privado para outro, ligado à atuação estatal e sua eficácia

administrativa, mostrando que há um deslocamento nos critérios de escolha eleitoral. Assim, o autor acredita que a democracia brasileira irá dar um salto qualitativo no futuro, “o que ajudará as coletividades a distinguirem as esferas públicas e privadas, nas negociações de interesses individuais ou coletivos e no exercício dos direitos constitucionais de participação política” (p. 19). É bom ressaltar que este trabalho foi escrito em 2015 – o que nos leva a questionar: será que o autor permanece com essa ideia sobre a democracia?

Para embasar sua pesquisa, Guimarães também usa como referência autores e autoras brasileiras que são clássicos para a área da antropologia da política: Palmeira (1992), Scotto (1996), Goldman e Sant'anna (1996), Chaves (1996), Kuschnir e Carneiro (1999), Heredia (1995), entre outros. Outros clássicos das Ciências Sociais também são utilizados como Bourdieu (2007), Weber (1982) e Dummont (1985).

3.8: O tempo da política: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE

Autor: Carlos Eduardo Queiroz Pessoa Souza Ramos (2015)

Nesta dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Campina Grande, com orientação de Elisabeth Christina Lima, Ramos objetiva analisar a dinâmica do voto e do comportamento eleitoral a partir das motivações e das redes de sociabilidade constituídas no contexto sociopolítico da cidade de Afogados da Ingazeira, município situado em Pernambuco. O recorte temporal da pesquisa privilegiou o período da campanha eleitoral em curso de agosto a novembro de 2014.

O foco desta etnografia é o comportamento eleitoral dos eleitores entrevistados - o que tem sido considerado um dos temas mais importantes na tentativa de se entender a criação e o funcionamento de regimes democráticos. Através da experiência do eleitor também busca perceber as motivações que constroem sua decisão bem como “analisar como os elementos presentes em seus depoimentos tornam possível a explicação sobre a política e, principalmente, como se constituem os laços de fidelidade política entre candidatos e eleitores” (p. 9).

O autor busca fazer um panorama histórico da política brasileira, trazendo autores como Sergio Buarque de Holanda e o conceito de cordialidade e a falta de distinção do domínio da esfera pública e privada; Victor Nunes Leal e o coronelismo como fenômeno intrínseco a cultural política local; Raimundo Faoro e sua interpretação do coronelismo que extrapola as relações rurais do trabalhador e o proprietário de terra.

Também busca fazer um levantamento do processo eleitoral brasileiro, desde o período imperial, até os dias atuais, mostrando a evolução contínua para que todas atualmente possam ter direito ao voto. Este, inclusive, segundo Ramos, é um dos fatores responsáveis pelo estabelecimento da democracia, funcionando como elo entre as candidaturas e as eleitoras.

3.9: O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana

Autoras: Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes (2017)

A seguinte etnografia trata da intersecção dos conceitos de gênero, sexualidade e poder com as dimensões da lesbofobia e do sexismo, e tem como objetivo compreender a participação e representação política de mulheres lésbicas em Salvador, capital da Bahia e assim, resgatar, a partir de um olhar feminista, a participação da mulher lésbica nas esferas do poder local. A campanha eleitoral em evidência ocorreu no ano de 2016, e teve apenas duas candidatas assumidamente lésbicas ao cargo de vereadora num universo de 948 candidatos aptos, dos quais apenas 29% eram mulheres.

Anteriormente, segundo as autoras, não havia quaisquer engajamentos políticos com os movimentos sociais lésbicos e/ou LGBTQIA+ nas candidaturas assumidamente lésbicas. Entretanto, a construção das candidaturas analisadas mostra que foram um projeto a elas apresentados por lideranças dos seus partidos políticos. O que leva as autoras à conclusão de que as candidaturas assumidamente lésbicas não refletem o posicionamento do movimento lésbico organizado que, infelizmente, não lançou quaisquer candidaturas no supramencionado pleito.

Assim, muitas candidaturas LGBTQIA+ não são resultado de uma autonomia e engajamento dos movimentos sociais, mas, fruto de uma trajetória individual reconhecida por “olheiros” na escolha e construção de candidaturas LGBTQIA+ para seus partidos.

Para embasar esta análise, Fernandes e Alves utilizam autoras como COSTA et al. (2015), Adrienne Rich (2010), Tânia Pinaffi (2015) e Jules Falquet (2012) para escrever sobre feminismo lésbico, pois “o estudo sobre a gênese do movimento lésbico contribui ao iluminar a necessidade de as lésbicas saírem da invisibilidade política a partir da intensificação do diálogo entre o movimento LGBTQIA+ e feminista” (p. 6). E para falar sobre a participação de mulheres na política, Crispina Gomes (2011), Marlise Matos e Marina Brito Pinheiro (2012) e Eurídice Monteiro (2015) são as principais referências.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1: Autoras e suas trajetórias

A partir dos resumos acima e das fichas-resumo encontradas no anexo deste trabalho, podemos fazer algumas discussões pertinentes. Antes de analisar as referências, conceitos e temas acionados, farei um breve apanhado sobre as autoras: de onde elas produzem? São mais mulheres ou homens produzindo sobre o tema? Qual a sua formação? Desta forma, Jorge Mattar Villela, Murilo Guimarães, Carlos Eduardo Queiroz Pessoa Souza Ramos, César Barreira, Irllys Alencar F. Barreira, Bárbara Elcimar dos Reis Alves, Felipe Bruno Martins Fernandes e Marcio Goldman serão as autoras analisadas.

Antes de prosseguir, são necessárias algumas observações: este trabalho analisou nove textos, mas dois deles são de autoria de Irllys Barreira - um é escrito em parceria com César Barreira - e três são escritos por Jorge Mattar Villela. Além disso, temos duas etnografias escritas em dupla: “O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana”, de Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes e “Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral” de César Barreira e Irllys Barreira.

Até aqui, sabemos que dos nove trabalhos analisados, encontramos apenas duas pesquisadoras: Irllys e Bárbara. Enquanto esta última faz uma pesquisa sobre candidaturas de mulheres lésbicas nas eleições municipais de Salvador junto com o coordenador do Grupo Gira (Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação) - Felipe Fernandes - e possui graduação em Administração, Irllys têm mais experiência com trabalho de campo e pesquisa cultura e política a alguns anos. É uma das coordenadoras do NuAP, vinculada à Universidade Federal do Ceará - UFC, e autora de livros como *O Reverso das Vitrines: Conflitos Urbanos e Cultura Política* (ed. Rio Fundo, 1992) *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil* (Relume Dumará, 1998), *Imagens ritualizadas, apresentação de mulheres em cenários políticos* (editora Pontes, 2008), entre outros. Sua trajetória acadêmica começou no Ceará, passou por Brasília, São Paulo e atualmente é professora e pesquisadora da UFC.

Enquanto duas das autoras são mulheres, seis são pesquisadores. O primeiro deles, Jorge Mattar Villela, do qual analisei três etnografias – “O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco”, “Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco e Eleições e políticas no Sertão de Pernambuco”, “Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição” -, é professor da Universidade Federal de São Carlos e toda a sua trajetória

acadêmica foi feita fora do Nordeste. É colíder do núcleo de pesquisa Hybris e coordenador do Laboratório de Estudos sobre os Agenciamentos Prisionais (LEAP) e pesquisador do NuAP.

Marcio Goldman, por sua vez, pesquisa as cosmopolíticas das religiões de matriz africana no Brasil a partir de pesquisa de campo em terreiro de Candomblé na cidade de Ilhéus no sul da Bahia e é professor da UFRJ/Museu Nacional e estudou a vida toda no Rio de Janeiro. Também é autor do livro *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política* (ed. 7 Letras, 2006), e foi organizador de *Antropologia, Voto e Representação Política* (1996) junto com Moacir Palmeira - hoje, Conselheiro Consultivo do NuAP.

Enquanto isso, Murilo Rodrigues Guimarães, fez seu mestrado e doutorado na Universidade de Lisboa, ambos em Antropologia Social e Cultural, mas é baiano. Sua dissertação tem como título “A ‘Festa da Política’ e a criação de um ‘Homem Bom’ - Etnografia dos comícios durante as eleições locais de 2008 em um município baiano (2013)”, o que revela que apesar de obter seus títulos de mestrado e doutorado fora do Brasil, continuou, por um período de tempo, pesquisando a Bahia.

Cesar Barreira, tem como principais livros: *Trilhas e Atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão, Rio Fundo*, 1992; *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro*, Relume Dumará, 1998; *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*, (Pontes Editora, 2008) e atualmente é Professor Titular em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da UFC. Começou sua trajetória no Ceará, fez mestrado e doutorado em Brasília e São Paulo, respectivamente, e voltou ao Ceará para atuar. É parte do Conselho Consultivo do NuAP.

Outro autor, Carlos Eduardo Queiroz Pessoa Souza Ramos, tem mestrado em Sociologia Rural em Campina Grande e sua trajetória acadêmica envolve graduações em Direito e Filosofia.

E por último, Felipe Bruno Martins Fernandes é professor da Universidade Federal da Bahia, no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e coordenador do Gira - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Tem uma trajetória acadêmica diversa e cursada em diferentes regiões do Brasil.

4.2: De onde vêm os trabalhos analisados?

A partir das trajetórias das autoras, focaremos nos seus vínculos institucionais no momento em que publicaram as produções analisadas neste trabalho (TABELA 2):

Tabela 2: Autores e vínculos institucionais

Autoria	Vínculo institucional no momento da escrita
Murilo Rodrigues Guimarães	Universidade de Lisboa (UL/ICS) - Portugal
Jorge Mattar Villela	Universidade Federal de São Carlos (2) (UFSCar) - Sudeste do Brasil
Jorge Mattar Villela	Universidade Federal de São Paulo (USP) - Sudeste do Brasil
Marcio Goldman	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Museu Nacional) - Sudeste do Brasil
César Barreira Irllys Alencar F. Barreira	Universidade Federal do Ceará (2) (UFC) - Nordeste do Brasil
Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes	Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Nordeste do Brasil
Carlos Eduardo Queiroz Pessoa Souza Ramos	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Nordeste do Brasil

Fonte: a autora (2020)

Junto com o trabalho da Universidade de Lisboa, temos cinco etnografias produzidas fora do Nordeste e quatro em instituições nordestinas. Isto porque, só do autor Jorge Mattar Villela temos três trabalhos analisados. Somando com o trabalho de Marcio Goldman e o de Murilo Guimarães, temos cinco etnografias. Pois, como podemos ver, oito das autoras lidas neste trabalho, três atuam fora do Nordeste - que são justamente os que foram citados anteriormente - apesar de Guimarães ter nascido na Bahia. As outras cinco autoras - Ramos, C. Barreira, Barreira, Fernandes e Alves - mesmo que tenham feito parte de sua formação fora do Nordeste, têm vínculo com Universidades nordestinas: UFC, UFBA e UFCG.

Esse fato levanta alguns questionamentos: 1) o território Nordestino é um campo de pesquisa pouco explorado (quando se fala de política e antropologia, pelo menos) pelas próprias pesquisadoras? 2) por que o Nordeste atrai pesquisadoras dos mais diversos lugares do país e do mundo? 4) movimento contrário acontece? Pesquisadoras com vínculos em instituições do Nordeste têm também como campo de pesquisa outras regiões do país (quando se trata de antropologia da política)? 5) no Nordeste conseguimos ver a “flor da terra”, como afirma Villela (2015) determinadas ações e comportamentos considerados distantes do ideal de democracia americana ou europeia - do ponto de vista de algumas pesquisadoras -, ou outras regiões não são assim classificadas, mesmo apresentando estas mesmas características, por estarem fora do Nordeste?

Apesar deste trabalho não se propor a responder todas as questões levantadas acima, não pude deixar de elaborá-las - já que o objetivo aqui é fazer um levantamento bibliográfico sobre etnografias produzidas sobre o Nordeste nas eleições. Para respondê-las precisaria de mais tempo, espaço de escrita e utilização de outros métodos de pesquisa.

Partindo então para outro ponto interessante de ser discutido, veremos em quais revistas, periódicos ou eventos as etnografias foram publicadas (TABELA 3):

Tabela 3: Trabalhos, revistas e eventos

Trabalho/autoria	Revista/Evento
ALVES, Bárbara E. dos R., FERNANDES, Felipe B. M. O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana	Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 - Florianópolis, 2017
BARREIRA, Irllys. Recortes etnográficos de campanhas eleitorais.	Novos Estudos - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo, 2006
BARREIRA, César; BARREIRA Irllys. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral	Horizontes Antropológicos - Porto Alegre, 2012

GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus.	MANA - Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001
GUIMARÃES, Murilo. O problema do clientelismo em contextos locais brasileiros: reflexões sobre negociações de interesses entre elites políticas e eleitores	Anais do XII CONLAB - Lisboa, 2015
RAMOS, Carlos E. Q. P. S. O tempo da política: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE	Dissertação PPGCS/UFCG - Campina Grande/Paraíba - 2015
VILLELA, Jorge M. Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição	Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar - São Carlos, São Paulo, 2011
VILLELA, Jorge M. Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco	Lua Nova - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo, 2010
VILLELA, Jorge M. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco	MANA - Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004

Fonte: autora (2020)

Como vemos, apenas a dissertação escrita por Ramos foi encontrada na plataforma de uma instituição situada no Nordeste: a própria UFCG. Os outros trabalhos em sua maioria são publicados em periódicos e revistas concentradas no sudeste do Brasil ou geridas por instituições que se encontram por lá. São elas: MANA, Lua Nova, Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS e Novos Estudos. Outras duas são encontradas no sul do país: a revista Horizontes Antropológicos e o evento Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Por último, temos o evento XII CONLAB, e o trabalho produzido foi encontrado nos anais do site deste evento.

Este levantamento torna-se importante à medida que destaca a experiência acumulada - o que se torna referência para produções acadêmicas - em instituições fora do Nordeste. Isto

porque a criação e expansão de Universidades públicas no Nordeste é recente⁶ e por isso, a descentralização acadêmica ainda é um desafio. Isso levou muitas pesquisadoras nordestinas a concluírem cursos de pós-graduação fora desta região, mas, ainda assim, conseguirem fazer o movimento de retorno – estudando o Nordeste ou voltando para lecionar nesta região.

4.3: Temas, conceitos e referências dos trabalhos analisados

As etnografias levantadas abordaram diversos temas, e irei analisá-los a partir de três blocos, visando a organização e facilitação na leitura. Sendo assim, o primeiro bloco tratará de textos com temas acerca de dinheiro, compra de votos, poder econômico e influência na escolha eleitoral; o segundo abará os trabalhos com conceitos caros para a Antropologia, como rituais, dádiva e parentesco; e o terceiro tratará das etnografias a partir da perspectiva de análise de grupos delimitados, como o movimento negro, candidaturas de mulheres lésbicas e a sociabilidade entre eleitores de Pernambuco.

Assim, no bloco um teremos os trabalhos que abarcam questões sobre 1) clientelismo, poder econômico e influência sobre os posicionamentos políticos de eleitoras do interior da Bahia de Guimarães (2015); 2) reciprocidade, dinheiro e a relação de eleitores e candidatos do Sertão de Pernambuco, Villela (2004); 3) a mercantilização de votos como um fator político, eleitoras como agentes ativas do processo eleitoral e a derrota de um candidato que tinha todas as chances de ganhar, Villela (2011).

No bloco dois, analisaremos os trabalhos sobre 4) política como ritual e campanhas eleitorais como um mecanismo de reencantamento pela política e ideal de proximidade entre políticas e eleitoras, escrito por Barreira (2006); 5) política com base no parentesco, ancestrais e interferência dos mortos na vida dos vivos e na forma de se fazer política, de Villela (2015); 6) economia simbólica, práticas e percepções construídas no campo da dádiva em Aquiraz-Ceará, escrito por Barreira e C. Barreira (2012).

E por último, veremos os trabalhos que buscam mostrar a 7) visão do movimento negro de Ilhéus-Bahia a respeito da política local e a aplicação do conceito de segmentaridade em sociedades com Estado; 8) dinâmica do voto e do comportamento eleitoral a partir de sociabilidades em Ingazeira, Pernambuco; 9) participação e representação política de mulheres lésbicas analisadas a partir da intersecção entre gênero, sexualidade e poder.

⁶ De acordo com Niquito, Ribeiro e Portugal (2018), desde o final dos anos 1990 políticas públicas têm sido desenvolvidas com vistas a ampliar a oferta de ensino superior público no país e seu processo de ampliação concentra-se entre os anos de 2000 e 2010.

No primeiro bloco, temos um texto escrito por Villela em 2004 - *O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco* -, que trata o dinheiro na forma monetária como um mecanismo que torna instantânea e finita a relação de eleitoras e candidatas. Para o autor, a duração e permanência deste tipo de relação não é definida pelos dons postos em circulação e só é alcançada quando ambos envolvidos têm estratégias e táticas com vista em algum objetivo.

No texto *Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição*, Villela (2011) põe em questão a eficácia da patronagem e clientelismo no Sertão Pernambucano, pois o que derrota um candidato a prefeito - que obedecia aos requisitos geralmente analisados para ganhar uma eleição - é justamente a mobilização retórica do medo de seu crescimento e poder no município. Dentre os resultados trazidos por Villela, está a agência dos eleitores, apesar da fraude e violência serem componentes da política sertaneja (assim como em muitos outros lugares no mundo) - pois, as eleições ali são entendidas como um jogo ou aposta. Além disso, o autor chama atenção para a transitoriedade da condição de político e eleitor e de como ambos precisam encontrar maneiras para obter o que almejam no período específico. Portanto, a mercantilização do voto não é considerada uma ação despolitizada ou apolítica.

E o último texto do primeiro bloco, *O Problema do Clientelismo em Contextos Locais Brasileiros: Reflexões sobre Negociações de Interesses entre Elites Políticas e Eleitores*, de Guimarães, trata sobre clientelismo no interior da Bahia e da transição da atenção da escolha eleitoral do campo de favorecimento privado para a atuação estatal, eficácia administrativa e políticas públicas como objetos de promessas. Um dos argumentos do autor, é que as eleições estão a atravessar um período em que os mecanismos tradicionais para angariar votos passam por um certo desgaste: o que antes poderia ser considerado um favor pessoal agora é entendido como direito, por exemplo. Entretanto, programas sociais implementados acabam tornando-se a nova moeda de troca política, constituindo o cardápio de elementos que compõem o sistema de relações clientelares locais. Com a mudança de moeda de troca, a noção de “tempo da política” também é alterada, já que o trabalho de Guimarães mostra que a participação cidadã em eventos políticos não se restringe ao período eleitoral, assim como os marcos iniciais e finais desta época não se limitam ao calendário oficial.

Percebemos que entre os autores há um afastamento: Villela (2004) delimita o “tempo da política” ao período eleitoral, enquanto Guimarães o coloca em questão, ampliando-o, já que as relações entre eleitoras e candidatas agora têm uma nova moeda de troca. Além disso, Guimarães (2015) acredita que devido os argumentos fundamentais para escolha eleitoral, a

democracia representativa brasileira prepara-se para um salto qualitativo: mesmo sem a eliminação do clientelismo, as coletividades podem distinguir as esferas públicas e privadas e interesses individuais ou coletivos. O que não é trazido por Villela, pelo contrário. A partir de suas análises, foi possível contextualizar os acontecimentos no período eleitoral sem que houvesse uma hierarquização das vivências locais em comparação com experiências de outros lugares. Isso fica nítido na citação de Villela, na etnografia “O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco”:

Para encerrar, gostaria de ressaltar que essa relação com a democracia representativa não é específica do Sertão de Pernambuco, como tampouco do Brasil. Além disso, não se restringe aos municípios do interior, nem às esferas menos importantes do poder. Alguns estudos mostram como tais práticas funcionam nos grandes centros do poder (p.ex., Bezerra 1999) e em países fundadores e difusores do ideal democrático (p.ex., Jankowski 1991). Apenas, por efeito de uma concepção de política derivada da tradição e da pragmática, as práticas aqui descritas podem ser observadas à flor da terra, em vez de serem camufladas, como ocorre em outras partes (VILLELA, 2015, p. 354)

Entretanto, o que aproxima os textos são as referências usadas: ambos autores utilizam Palmeira, Heredia e Goldman para dar base às relações de clientelismo descritas. Além disso, os textos convergem no sentido da redefinição, adaptação ou flexibilização da clientelagem em si e descrevem os novos contornos que este tipo de relação precisa fazer para alcançar eleitoras - que por sua vez são descritas como parte ativa e essencial no jogo político.

No segundo bloco de textos, por ordem cronológica temos “A política de perto - Recortes etnográficos de campanhas eleitorais”, escrito em 2006 por Barreira, que parte da reflexão de que os atos das campanhas eleitorais, com base no conceito de ritual, indicam as maneiras que as candidatas se permitem ser conhecidas perante as eleitoras. Quando se quer recuperar elos perdidos, as candidatas lançam mão de formular mecanismos de proximidade, valores de identificação e transparência. Assim, rituais não são considerados apenas como estratégia para conseguir votos ou encenação da política: os ritos constituem um foco privilegiado para se entender o sentido da política, pois constituem momentos simultâneos de criação, repetição e concorrência entre símbolos políticos, expressando valores e conflitos de sociedades contemporâneas.

Em “Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral”, Barreira e C. Barreira (2012) descrevem as práticas e percepções que influenciam a adesão de eleitoras a candidatas, sem negar a existência de modos de transformação do voto em mercadoria, mas evidenciando que existem ações que se interpõem a estas. A ajuda e o tempo certo em que é oferecida à comunidade, por exemplo, surgem aqui como categorias capazes de dar credibilidade a candidata, construindo capital

simbólico e com base nos ideais de caridade e bondade. Além disso, a ajuda é uma categoria relacional que remete a reciprocidade, devendo ser recompensada na hora de votar, como forma de reconhecimento e retribuição. Ajuda, reconhecimento e retribuição são fluxos contínuos, pois depois de ser eleita, a candidata precisa também fazer jus ao voto concedido. O dinheiro em sua forma monetária aqui, entra como fator negativo, na ocasião que retira os compromissos e laços estabelecidos.

Aqui, aproveito para retomar ao texto “O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco”, pois há uma visão em comum sobre o peso que se dá ao dinheiro durante o período eleitoral. Tanto na análise de Villela como na de Barreira e C. Barreira (2012), o dinheiro torna imediata a relação de eleitoras e candidatas. Outras categorias relacionais, como a ajuda, por exemplo, criam relações mais duradouras e permanentes entre esses grupos.

No último texto encontrado do segundo bloco, “Os vivos, os mortos e a política no Sertão de Pernambuco”, Villela (2015), mais uma vez, analisa o Sertão Pernambucano e tenta mostrar como os mortos interferem na vida cotidiana dos vivos. Para Villela, há uma coexistência entre mortos, memória, política e família e sem esses aspectos, os demais não funcionam ou funcionam, mas sob outro sistema, mostrando assim como pessoas mortas podem construir um idioma estatal de uma localidade.

Os textos do segundo bloco, como vimos, trazem à tona conceitos muito utilizados nas Ciências Sociais e principalmente na Antropologia: a noção de ritual a partir de Durkheim (1979), Baumann (1993); dádiva, reciprocidade e trocas simbólicas, conceitos de Mauss (1974) e Bourdieu (1997); e parentesco e memória a partir de Halbwachs (1950), Connerton (1992), e Goody e Watt (1968). Mas, também não deixam de citar outras etnografias da antropologia da política construídas por membros do NuAP. Palmeira - que foi utilizado em quase todos os textos até o momento exceto em “Os vivos, os mortos e a política no Sertão de Pernambuco” - Heredia e Peirano são exemplos de autoras evocadas também neste bloco.

Chama atenção a utilização do conceito de ritual no período de eleições, por Barreira (2006), pois poderíamos inseri-lo em qualquer um dos trabalhos até aqui apresentados. Isto porque podemos levar em consideração que as campanhas eleitorais, assim como qualquer acontecimento ou aspecto das nossas vidas, é envolvido por rituais que nos mantém próximos ou distantes de determinados grupos ou situações, o que nos fazem repetir certas ações. Ou melhor: “os ritos representariam cenários amplos para o entendimento de partes fundamentais da sociedade, cuja característica reiterativa é capaz de fornecer o elemento estável no qual se apoiam as observações do pesquisador” (BARREIRA, 2006, p.178).

No terceiro bloco, então, temos Goldman (2001), com o texto *Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus*, que realiza um estudo antropológico da política em Ilhéus - Bahia, a partir da perspectiva descentrada que o movimento negro tem a seu respeito. Além disso, Goldman propõe a introdução do conceito de segmentaridade na análise da política, no sentido de política partidária e de Estado, de sociedades modernas, pois, há um ganho metodológico, teórico e talvez político: a capacidade de se entender alguns dos mecanismos através dos quais se dá a articulação entre segmentos políticos e unidades derivadas de outros processos de segmentação.

Ramos (2015), na dissertação “O tempo da política”: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE”, joga luz na atuação das eleitoras no período eleitoral - quando novas dinâmicas de sociabilidades se instauram na conquista dos votos. Para Ramos, a cidade neste período torna-se o lugar das disputas, pois conjuga a heterogeneidade, que se constitui a base dos conflitos que provocam também mudanças nas relações de sociabilidade de convivência urbana - o que não abarca imprevistos de violência, pois a sociedade afogadense orgulha-se de participar das eleições em um clima de cordialidade.

Alves e Fernandes (2017) resgatam, a partir da intersecção do feminismo negro, feminismo lésbico e antropologia feminista, a participação da mulher lésbica nas esferas de poder da cidade de Salvador, na Bahia. As autoras concluem que muitas das candidaturas LGBTQIA+ não vem do engajamento do movimento social, mas é fruto da trajetória individual de cada candidata, que geralmente, é reconhecida por “olheiros”.

Enquanto Alves e Fernandes (2017) discutem a participação e representação política de mulheres lésbicas na política local, e Ramos, o comportamento político das eleitoras de Ingazeira, Goldman traz a perspectiva do movimento negro a partir da política, propondo a inserção de um conceito também caro à antropologia, mas usado apenas em sociedades sem Estado. Este trabalho, inclusive, pode fazer uma ligação com todos as etnografias tratadas no bloco dois, já que a partir do campo e das suas experiências específicas, retomam conceitos concebidos por autoras clássicas (assim como dádiva ou ritual, por exemplo).

Uma das constatações gerais que faço é que todos os trabalhos têm em comum aquilo que a antropologia da política como uma subárea propõe: entender a política a partir das interlocutoras ou nativas e suas experiências, relações e interações - e isso se destaca principalmente nos três últimos trabalhos discutidos.

E, apesar de algumas autoras trazerem à tona temas bastante discutidos na Ciência Política - como clientelismo e uso de dinheiro nas eleições - as etnografias em sua maioria buscaram ser interdisciplinares, fugiram da generalização das experiências, tratando-as com a

especificidade necessária - já que a política não é um dado a priori -, e ao mesmo tempo, acionando a comparação, que está no centro da tradição antropológica. Isso mostra que, assim como alertava o NuAP, há uma necessidade de analisar o Brasil - e acrescento: principalmente o Nordeste - a partir de outra perspectiva que não seja aquela que sempre nos leva a acreditar que somos a face negativa da democracia, sendo que o lado positivo geralmente é representado pelos Estados Unidos, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi fazer uma análise da produção bibliográfica sobre eleições no Nordeste, na área disciplinar da Antropologia. Desta forma, durante a minha pesquisa em sites de periódicos e revistas online, diversos trabalhos foram encontrados, contendo pelo menos umas das palavras-chave usadas na busca. Depois de peneirar o resultado geral - usando categorias mais específicas de busca e lendo resumos a fim de identificar se um ou outro trabalho era etnográfico e tratava das eleições de algum lugar do Nordeste - cheguei a pequena amostra de onze trabalhos.

Na medida que fui lendo, identifiquei no caminho que dois deles não abrangiam todas as categorias mencionadas acima e por isso, apenas nove trabalhos restaram para ser analisados. A partir da construção de fichas-resumo, síntese dos textos e discussão, foram possíveis os seguintes resultados: menos da metade dos trabalhos foram produzidos por pesquisadoras com vínculos em instituições no Nordeste; a trajetória das pesquisadoras, em sua maioria, também foi trilhada em outras regiões; as revistas e eventos onde foram publicadas as pesquisas se encontram principalmente no Sul e Sudeste do país; apenas duas das pesquisadoras são mulheres; e com exceção de dois trabalhos, todos os outros utilizam quase a mesma base de autoras brasileiras e estas são ou foram membras do NuAP.

A partir dessas constatações, foi possível identificar que, de fato, as autoras priorizaram a visão das nativas, grupos ou comunidades analisadas – assim, foi possível enxergar, parcialmente, o contexto estudado. Além disso, ficou nítido como a política por si só não é um dado a priori: para compreendê-la, em cada localidade, foi necessário entender como se dão as relações entre as nativas, e entre estas e seres não vivos, assim como foi indispensável dissecar os comportamentos, atitudes, rituais, trocas e todo seu ciclo de reconhecimento e retribuição – o que sinaliza padrões, expectativas e tudo mais que compõe os jogos políticos de cada região estudada.

Entretanto, o aprofundamento nas dinâmicas sociais dos universos de pesquisas não sugere que se abra mão da generalização. E por isso a comparação, como um dos alicerces da antropologia, foi identificada nas etnografias. Justamente por isso, pontos importantes sobre a política revelam que, em cada local ela se ancora em símbolos e rituais específicos, mas não deixa de ser classificada também como uma democracia. Assim, recorro mais uma vez a expressão usada por Villela (2015) para ilustrar melhor este comentário: não é porque certas práticas e táticas são vistas a “flor da terra” no Sertão Pernambucano – e acrescento, nas outras cidades analisadas – que só existam nesse ambiente. Em outros lugares, considerados grandes

centros do poder e em países fundadores e difusores do ideal democrático, essas táticas também são usadas e funcionam.

Focar no Nordeste e analisar o que é e foi produzido a partir deste rico território é uma forma de me aproximar, como pesquisadora Nordestina, ao que as minhas colegas produzem, assim como foi me permitido enxergar como as nossas práticas são compreendidas por locais ou não locais. É também uma forma de valorizar o que é produzido, dispensando julgamentos, hierarquização e classificação de qual local é mais ou menos democrático.

Concluo também que apesar deste trabalho girar em torno das produções e referências do NuAP, outros núcleos, grupos e laboratórios, assim como pesquisadoras solo, também produzem e discutem as diversas temáticas que atravessam ou ficam mais evidentes durante as eleições. E, a partir do trabalho de Teixeira e Lima (2010) vemos que as tendências para pesquisa da política – incluindo neste termo os estudos sobre Estado, Governança, Poder, entre outros – despertam diferentes e interdisciplinares interesses de diversas pesquisadoras em todo o país.

Já foi experienciado no Brasil um período ditatorial (entre 1965-1984) e após isso, tivemos a fase da redemocratização. É justamente neste período em que ganhos em políticas públicas, liberdade de expressão e avanços sociais foram retomados – e por isso, muitas das pesquisas voltaram a serem feitas sobre temas que eram manipulados ou censurados pelos governos ditatoriais.

E atualmente estamos lidando com práticas eleitorais adaptadas, devido ao contexto pandêmico que atravessamos. Muitas das atividades precisaram ser dispensadas em sua forma presencial, para se evitar um maior número de infectados. Devido a isso, o que substituirá os atos que compõe uma campanha eleitoral presencial (caminhadas, panfletagem, etc.)? A votação será presencial? Quais informações e por quais canais elas circularão para manter a população informada, ou até desinformá-la? Qual grupo, facção ou lado político se beneficiará deste contexto?

Fazer ciência, e principalmente, etnografias sobre as questões políticas que nos atravessa é tão necessário atualmente quanto foi no período de redemocratização – pois mais uma vez, corremos o risco de entrar num período ainda mais obscurantista. Talvez, compreender as práticas políticas a partir regiões mais estigmatizadas, ou de grupos e comunidades historicamente excluídas socialmente pode ser um dos movimentos mais importantes que precisamos estimular no momento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Bárbara E. dos R., FERNANDES, Felipe B. M. O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.
- BARREIRA, César; BARREIRA Irllys. Campos de ajuda e modos de pertencimento: um mapa moral da representação política em campanha eleitoral. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 307-335, jan/jun. 2012.
- BARREIRA, Irllys. A expressão dos sentimentos na política. In Espaços e tempos da política / Carla Costa Teixeira, Christine de Alencar Chaves (organizadoras). – Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- BARREIRA, Irllys. A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais. (Sobre metrópoles do NE). Novos Estudos 74, p. 177 a 194, 2006.
- BEZERRA, M. O.; COMEFORD, J. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. Mimeo, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- CHAVES, Christine de A. Antropologia da política: tramas e urdituras de um novo campo de pesquisa. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 375-386
- DAMATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: Edson de Oliveira Nunes (Org). A aventura sociológica. Objetividades, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-25, 1978.
- ENNE, A. L. S. O papel das instituições civis na construção de uma identidade positiva para a Baixada Fluminense. Revista Paradoxa, Niterói, v. ano 2, n.n 2, p. 37-43, 1996.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo, Perspectiva. 1978 [1940).
- EVANS-PRITCHARD, E. A inversão sexual entre os azande. Bagoas. n. 07, 2012, p. 15-30.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. Revisão: Tânia Stolze Lima. Cadernos de campo, n 13:155-161, 2005.
- FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. E. (eds.). African political Systems. London, Oxford University Press. 1961 [1940).
- GARCIA JR, A. R. O Sucesso de uma política: interrogação sobre os efeitos sociais de ações políticas. Brasília: Ed. da UnB, 1988.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo. 6. Ed. Editora Atlas S. A. – 2008.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2003, v. 46, n 2.

GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. Mana 7(2);57-93,2001.

GUIMARÃES, Murilo. O problema do clientelismo em contextos locais brasileiros: reflexões sobre negociações de interesses entre elites políticas e eleitores. Anais do XII CONLAB, integrado ao Grupo de Trabalho nº 80.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. Revista brasileira de Ciências Sociais - Vol. 22 Nº. 64. Dossiê: métodos e explicações da política. University of Oxford (comunicação oral). 2002.

KUSCHNIR, K. Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Coleção Ciências Sociais passo-a-passo).

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia. Estudos Históricos. 1999 – 24.

KUSCHNIR, Karina. Eleições e representação no Rio de Janeiro. Coleção Antropologia da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

LEACH, Edmund R. Sistemas políticos da Alta Binnânia. São Paulo, Edusp. 1996.

LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, R. Vila Operária e Cidadania. Sociologia e Política, Curitiba, v. n. 2, 1994.

LEITE LOPES, J. S.; Entrevista com Moacir Palmeira. Horiz. antropol. vol.19 no.39 Porto Alegre Jan/June 2013.

LIMA, E. C. A.; ANTONINO, Rafael Maracajá. 'Leviandades' Eleitorais: a abertura das cortinas para um espetáculo misógino. Política & Trabalho (Online). v. 1, p. 263-281, 2016.

LIMA, Elizabeth. A emergência do feminino na política local: o caso das eleições municipais de 2004, em Campina Grande-PB. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS v. 39 n. 2 2008.

MAGNANI, José Guilherme. Etnografia como prática e experiência, Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32, 2009, pp.129-156.

MADER, Guilherme R. C. Masculino genérico e sexismo gramatical. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2015.

NASCIMENTO, Mayara S.; ALVES, Francisco E. S. M.; MATOS, Lídia de O. Antropologia da política: surgimento, possibilidade de análise e recursos metodológicos para o estudo do

poder e da política. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas. UNIGRANRIO. V. 2, n 10, 2014.

Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Site institucional disponível em: <http://nuap.etc.br/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política Ambígua. Coleção Antropologia da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PALMEIRA, Moacir Palmeira; BARREIRA, César (organizadores). Política no Brasil: visões de antropólogos. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: Palmeira, M.; Goldman, M. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

PALMEIRA, Moacir (coord.). "Uma antropologia da política: rituais, representações e violência - projeto de pesquisa", Cadernos do NuAP, 1. Rio de Janeiro, NAU. 1998.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume·Dumará. 1995

PEIRANO, Mariza. Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 1, n.1, p. 49-64, 1986.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul/dez. 2014.

PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho “Cultura e Política”, ANPOCS, outubro de 1996.

PEIRANO, Mariza; PALMEIRA, M. Grupo de Trabalho. Antropologia da Política: Rituais, Representações e Violência. 1998.

Plataforma Lattes. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 30 de maio de 2020.

RAMOS, Carlos E. Q. P. S. O tempo da política: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE. Dissertação, PPGCS - UFCG, 2015.

RIBEIRO, Gustavo L.; FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf. Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora UnB.

TEIXEIRA, Carla Costa. 1998. A hora da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política).

TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar Chaves. Espaços e tempos da política. Espaços e tempos da política / Carla Costa Teixeira, Christine de Alencar Chaves (organizadoras). – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis, Vozes. 1974

VELHO, G.; ALVITO, M. Cidadania e Violência. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas e Editora da UFRJ, 1996. v. 1. 367p

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: Edson de Oliveira Nunes (Org). A aventura sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

VILLELA, Jorge M. Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.3, n.2, jul-dez, p.10-29, 2011.

VILLELA, Jorge M. Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco. Lua Nova, São Paulo, 79: 163-199, 2010.

VILLELA, Jorge M. O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco. MANA 11(1):267-296, 2004.

VILLELA, Jorge M. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. rev. hist. (São Paulo), n. 173, p. 329-358, jul-dez, 2015.

APÊNDICES

Tabela 4: Ficha-resumo 1

FICHA RESUMO 1 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	SEGMENTARIDADES E MOVIMENTOS NEGROS NAS ELEIÇÕES DE ILHÉUS
Autor	Marcio Goldman
Ano de Publicação	2001
Assunto Principal	Estudar a política (no sentido de política partidária e de Estado) em Ilhéus, encarando-a do ponto de vista do movimento negro da cidade.
Universo de Pesquisa	Ilhéus - BA
Palavras-chave	Eleições. Movimento Negro. Ilhéus.
Objetivo	realizar um estudo antropológico da política na cidade, orientando essa investigação pela perspectiva cética e descentrada que o movimento negro tem a seu respeito. Trata-se aqui de propor a introdução do conceito de segmentaridade na análise da política de sociedades dotadas de Estado.
Hipóteses/Questões Relevantes	
Resultados	O principal ganho metodológico, teórico e, talvez, político, obtido com a introdução de um conceito plural de segmentaridade, é, parece-me, sua capacidade de tornar inteligíveis alguns dos mecanismos através dos quais se dá a articulação entre segmentos políticos e unidades derivadas de outros processos de segmentação.
Literatura por capítulo	Agier (1992) Serres (1997) Cunha (1991) Goli (1998) Lima (1998) Morales (1991) Schaeber (1998) Veiga (1998) Risério (1981) Valente (1986) Cunha (1998) Morales (1988) Goldman (2000) <i>Eleições</i> Falcón (1995) Palmeira (1996) <i>Segmentaridade</i> Evans-Pritchard e Fortes (1940)

	Evans-Pritchard (1978) Dumont (1968) Fortes (1945, 1953) Dumont (1970) Evans-Pritchard (1950) Lienhardt (1961) Goldman (1999) Lienhardt (1958) Middleton e Tait (1958) Fortes (1945) Southall (1965) Smith (1956) Dumont (1968) Deleuze e Guattari (1980) Southall (1965) Sahlins (1961) Swartz, Turner e Tuden (1966) Swartz (1967) Nicholas (1966) Goldman e Palmeira (1996) Kuper (1988) Barnes (1962) Evans-Pritchard (1949) Gellner (1969) Peters (1959, 1967) Salzman (1978) Malinowski (1935, 1972) Meeker (1979) Dresch (1986) Karp e Maynard (1983) Herzfeld (1987,1992) Favret (1966) <i>Política</i> Gasparetto (1993) Goldman (2000) Salzman (1978) Favret (1966) <i>Algumas conclusões</i> Herzfeld (1985, 1992, 1996) Cecilia McCallum (1996) Peter Fry (1977) Morales (1991) Siqueira (1996) Cunha (1989 e 1998) Deleuze e Guattari (1972,1980) Morales (1991) Clastres (1974)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 5: Ficha-resumo 2

FICHA RESUMO 2 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	O DINHEIRO E SUAS DIVERSAS FACES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PERNAMBUCO
Autor	Jorge Mattar Villela
Ano de Publicação	2004
Assunto Principal	O uso do dinheiro nas relações entre candidatos e eleitores no Sertão de PE
Universo de Pesquisa	Três municípios situados na mesorregião do Sertão de Pernambuco
Palavras-chave	Dinheiro. Reciprocidade. Eleição.
Objetivo	Mostrar os modos como o dinheiro, se apresentado sob sua forma pura, monetária, torna instantânea e finita uma relação (eleitor/ candidato) cujo alongamento da duração sob a forma credor/devedor é por vezes a mais desejável
Hipóteses/ Questões Relevantes	A duração e permanência da relação é obtida antes em virtude das táticas e estratégias de ambos, eleitores e candidatos, do que da natureza e tipo dos dons postos em circulação. Mas é visível também o modo como o dinheiro pode adquirir a aparência de um dom que faça perdurar a relação credor/devedor em proveito de ambas as partes.
Resultados	
Literatura por capítulo	A reciprocidade e as eleições Mauss (1924) Strathern (1988) Weiner (1985, 1992) Gregory (1982) Durkheim (1960 [1893]) Beaucage (1995) Gouldner (1960) Lévi-Strauss 1971 [1966] Simonis 1979 [1968] Weiner (1992) Sahlins (1976 [1968]) Karsenti (1994) Villela (2001) Karsenti (1994) Bataille (1975) Lefort (1979 [1951]) Bourdieu (1988 [1965]; 1994 [1980]; 1996) Weiner (1992) Mauss (1993 [1925]) Sahlins (1965; 1968) Lévi-Strauss (1942; 1967) Clastres (1962; 1974; 1977) Palmeira (1992) Goldman (2000)

	Trabalho de campo e obtenção do material da pesquisa O voto e o dinheiro nas eleições: reciprocidade, redistribuição e mercado Veyne (1976) Gouldner (1960) Godbout (1999) Mauss (1993 [1925]) Palmeira (1992) Palmeira (1992; 1996) Gaxie (1978) Bailey (1971) Troca e relação instantânea - O crédito, a dívida e o tempo Malinowski (1978 [1922]) Mauss (1993 [1925]) Bourdieu (1980,1996) Gouldner (1960) Godbout (1995; e Caillet, 2000 [1992]) Sahlins (1976 [1965]) Veyne (1976) Heredia (1996) Os sentidos do dinheiro Palmeira (1992) Circulação e produção Palmeira (1992) Avelino (1994) Eisenstadt (1984) Eisenstadt e Roniger (1984) Um olhar aproximado sobre a democracia representativa Weiner (1985) Palmeira e Heredia (1993; Deleuze e Guattari (1980) Bezerra (1999) Jankowski (1991)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 6: Ficha-resumo 3

FICHA RESUMO 3 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	A política de perto - Recortes etnográficos de campanhas eleitorais
Autor	Irllys Alencar Firmo Barreira

Vínculo institucional	Universidade Federal do Ceará - UFC
Ano de Publicação	2006
Assunto Principal	Campanhas eleitorais como espécies de reencantamento da política e elaboração do ideal de proximidade (entre político e eleitores)
Universo de Pesquisa	Metrópoles do nordeste do Brasil - Fortaleza/CE e Natal/RN
Palavras-chave	Campanha eleitoral; ritual; representação; política; política brasileira
Objetivo	Refletir sobre os atos de campanha eleitoral realizados nas metrópoles do Nordeste do Brasil, através de registros etnográficos, e com base no conceito de ritual, explorando as estratégias de aproximação entre candidatos e eleitores e as ações simbólicas que contribuem para a construção da representação política.
Hipóteses/ Questões Relevantes	O argumento básico considera que os atos de campanha articulam relações de proximidade entre o que se nomeia de política e os eleitores, viabilizando a apresentação de concorrentes e redefinindo pactos sociais que validam os princípios da representação política.
Resultados	Os rituais são linguagens de campanha que, por sua vez, indicam as maneiras por meio das quais os candidatos se dão a conhecer perante os eleitores. Além disso, a formulação de mecanismos de proximidade, valores de identificação e transparência constituem recursos de campanha acionados tendo em vista a recuperação dos elos perdidos. Nesse sentido, os rituais não podem ser considerados como meras estratégias de conquista de votos ou simples encenação da política.
Literatura por capítulo	<i>Introdução</i> Palmeira e Heredia (1995) Bourdieu (1982) Barreira (1998) <i>A política como ritual</i> Durkheim (1979) Cazeneuve (1971) Kertzer (1988) Bourdieu (1982) Connerton (1993) Da Matta (1990) Rivière (1998) Shils (1992) Coppet (1993) Peirano (2001) Baumann (1993) Lévi Strauss Abèles (1997) <i>Mobilidade Espacial</i> Merleau-Ponty (1994) Da Matta (1990)

	<i>A escrita móvel</i> Certeau (1994) Magnani (2002) Canevacci (1990) Favre (1990) <i>Comícios</i> Alencar Chaves (2003) <i>Festa no bairro</i> Nillin (2003) Bloch (1975) <i>Atos de campanha</i> Goffman (1996) Lucien (1988) <i>Proximidade e distanciamento</i> Bobbio (1986)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 7: Ficha-resumo 4

FICHA RESUMO 4 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição
Autor	Jorge Mattar Villela
Ano de Publicação	2011
Assunto Principal	Escolhas eleitorais feitas pelos monteverdenses nas eleições de 2004 concernentes à imprevisível derrota de Dr. Ricardo para um candidato incógnito
Universo de Pesquisa	Monte Verde-PE
Palavras-chave	Eleições. Poder Local. Etnografia. Clientelismo.
Objetivo	Pretende-se a sequência de uma série de trabalhos que põe em questão a eficácia da noção de “poder local”, de patronagem e de clientelismo para a compreensão da política partidária e eleitoral no Sertão de Pernambuco.
Hipóteses/ Questões Relevantes	Que as forças que derrotaram Dr. Ricardo giraram em torno da mobilização retórica do temor do crescimento de seu poder no município, do ultraje da candidatura de sua mulher como vice-prefeita, da suspeita de sua posterior candidatura para a deputação estadual. Estas opiniões, no entanto, segundo me parece, são efeitos de cristalização secundária de uma rejeição evidenciada por muitos monteverdenses a Dr. Ricardo como político e como um homem, uma noção central para as pessoas entre as quais faço pesquisa

Resultados	Minha experiência de campo aponta simultaneamente para três caminhos: um deles é o da “irredução”, para usar os termos de Latour empregados por Stengers (2002 :27), quer dizer, a inadequação das explicações baseadas em determinantes. Há muito o que considerar quando se fala em votos, além de eles serem comprados, de serem fruto do engano, da mentira e da opressão. Será preciso soberba suficiente para imaginar-se que “nós” enxergamos a verdade sob o engano e a fraude de que “eles” são suas vítimas. Será preciso presunção missionária em excesso para acreditar-se que “eles” vendem seus votos porque não compreendem a sua importância. Procurei mostrar ainda igualmente que, para assumir os termos do enunciado de amplo alcance de Piattoni (2001), os eleitores não esperam de seus candidatos que implementem programas políticos que melhorem a vida de toda a sociedade. Eles solicitam, quando muito, as que elevem especificamente aquilo que lhe é muito próximo. Uma opção que também é apresentada claramente na etnografia de Gay (2001), na Vila Brasil. Portanto, para ambos os autores o problema da democracia representativa deve enfrentar constantemente as insinuações do particular em meio a seus ideais universalistas. No que toca de perto os dados de minha pesquisa, as noções gêmeas de poder local e patronagem (e as correlativas de voto de cabresto e curral eleitoral) têm de enfrentar o problema do determinismo da motivação eleitoral, delimitada pelas ordens de um patrão, o representante do poder local que encurrala e encabresta os eleitores. Meus dados, por seu turno, mostram motivações irreduzíveis e não passíveis de univocidade¹⁵ Em segundo lugar, esta breve etnografia aponta para a agência dos eleitores. Os sertanejos não são meros pacientes da ação e da exploração dos políticos. Embora exploração, mentira, fraude e violência sejam componentes da política sertaneja (assim como o são em muitas outras partes do mundo), este artigo pretende mostrar uma das estratégias usadas, as políticas de eleitores para retirar diversas mais-valias do modo como avaliam o funcionamento da democracia. Os eleitores sertanejos são tão agentes quanto pacientes do processo eleitoral e o constituem como terreno de luta, campo de batalha, território de conflitos (Marques e al. 2007). Afinal, as eleições não entendidas ali como um processo e sim como um confronto ou como um jogo, uma aposta. Terceira perspectiva apontada neste trabalho: não há despolitização nem apolitismo em proveito da mercantilização do voto ou das eleições, em nome de satisfações materiais e de prazeres em troca da liberdade (Veyne 1976 : 93-9816). Admitilo seria dobrar-se a um vício nocional que nos obriga a submeter o político ao econômico hegeliano e transformar a comunidade política numa “sociedade civil burguesa” (Hegel 1975). Minha experiência etnográfica aponta, antes, para o combate entre eleitores e candidatos e para os meios que se mobilizam de lado a lado para enfrentar o desafio da vida cotidiana na qual se encontra um dos fatores centrais a política eleitoral. E como são apenas posições transitórias (Goldman 2006; Villela 2005), pois eleitores e políticos flutuam de uma a outra condição, ambos precisam encontrar as armas necessárias para obter com os recursos que dispõem aqueles que almejam (Villela e Marques 2002).
-------------------	---

Literatura por capítulo	<i>Introdução</i> <i>II. Variações e escolhas</i> Fabian (1983) Lemieux (1970) Jankowski (1991) Abèles (2001 e 2002) Paley (2002) Taylor (1993) Schirmer (1998) Aretxaga (2000) Bellier (2002) Burawoy et al. (1999) West e Kloeck-Jenson (1999) Geertz (1963) Michelutti (2007) Veyne (1984) Piattoni (2001) Goldman (1992) Palmeira (1996) Palmeira e Heredia (1993) Bezerra (1998) Goldman (2006) Gershière (1995) Comerford (2003) Villela (2009) Villela (2005) Villela e Marques (2006) <i>III. Monte Verde e sua Política</i> Villela (2005 e 2008) Villela e Marques (2006) <i>IV. Ascensão e declínio: esconjurar o terror</i> <i>V. Os Votos</i> Villela (2005) Marques (2002) <i>VI. Conclusão</i> Clastres (1974) Abensour (2004) Deleuze e Guattari (1980) Villela (2004, 2005) Foucault (2004) Palmeira e Goldman (1992) Latour (2002) Piattoni (2001) Gay (2001) Roniger (2004)
------------------------------------	---

	Gross (1973) Greenfield e Cavalcante (2006) Ansell (2010) Gay (2001) (Marques e al. 2007) Veyne (1976) Hegel (1975). Goldman (2006) Villela (2005) Villela e Marques (2002)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 8: Ficha-resumo 5

FICHA RESUMO 5 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	CAMPOS DE AJUDA E MODOS DE PERTENCIMENTO: UM MAPA MORAL DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM CAMPANHA ELEITORAL
Autor	César Barreira e Irllys Alencar F. Barreira
Ano de Publicação	2012
Assunto Principal	contempla sentidos de pertencimento, reconhecimento e avaliações morais que emergem em uma situação de concorrência de candidatos à Câmara Municipal de Aquiraz (CE) durante o pleito eleitoral de 2008
Universo de Pesquisa	Câmara Municipal de Aquiraz (CE)
Palavras-chave	dádivas, pertencimento, práticas eleitorais, representação
Objetivo	registrar a existência de uma economia simbólica formada de práticas e percepções que influenciam a adesão a candidatos, construída mais no campo das dádivas que no âmbito do direito. Nosso propósito neste artigo foi o de pensar sobre esse conjunto de práticas comumente catalogadas como “ausências” de: cidadania, “consciência política” e moralidade para alocá-las no contexto das representações culturais e práticas sociais vigentes na situação analisada.
Hipóteses/Questões Relevantes	A troca de dádiva e seus limites, os sentidos de pertencimento e reconhecimento e a lógica paradoxal do interesse versus desinteresse fornecem embasamentos teóricos relevantes para explicar a busca de adesão de candidaturas, os sentidos de representação política e as transações estabelecidas em torno do voto
Resultados	A pesquisa em Iguape revelou, portanto, a complexidade das operações e classificações que subsidiam representações e práticas políticas de eleitores. Sem negar a vigência dos mecanismos de “ajuda” como espaço de dominação simbólica e sem desconhecer a existência de modos de transformação do voto em mercadoria, evidenciou a existência de um conjunto de percepções e ações que se interpõem no âmbito das adesões e escolhas de candidaturas

Literatura por capítulo	<i>Introdução</i> Mauss (1974) Honneth (2003) Bourdieu (1997)
	<i>De conversa em conversa: uma observação privilegiada</i> Geertz (1989) Palmeira; Heredia, (1995) Peirano (1995) Thompson (2008) <i>Candidatos de Iguape: o discurso do pertencimento</i> Bailey (1971)
	<i>Campos de ajuda</i> DaMatta (1979) Cardoso de Oliveira (2006) Kuschnir (1996) Peirano (2006)
	<i>Tempo da ajuda</i> Bourdieu (1997)
	<i>Os custos da ajuda</i> - “Ajuda”, reconhecimento e retribuição Heredia (1996)
	<i>As fronteiras borradas da “ajuda” e da compra e do pertencimento</i> Simmel (1999)
	<i>A compra do voto</i> - <i>Ideias conclusivas: uma economia moral das trocas eleitorais</i> Mauss (1974) Bourdieu (1997) Bourdieu (1996) Godbout (1999) Honneth (2003) Barreira (2006a)

Fonte: autora (2020)

Tabela 9: Ficha-resumo 6

FICHA RESUMO 6 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	OS VIVOS, OS MORTOS E A POLÍTICA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO
Autor	Jorge Mattar Villela

Ano de Publicação	2015
Assunto Principal	família, memórias, relação entre vivos e mortos, política
Universo de Pesquisa	sertão de Pernambuco
Palavras-chave	Etnografia – política – memória – família – mortos – Pernambuco
Objetivo	mostrar neste artigo alguns modos pelos quais os mortos são chamados a interferir na vida e em alguns aspectos centrais da vida cotidiana em três municípios situados no sertão de Pernambuco.
Hipóteses/ Questões Relevantes	pretende ser a de assinalar que, ao contrário das relações estabelecidas entre família, memória e estados nacionais, em que se mostra como estes últimos assumem metáforas da genealogia familiar com fins políticos, meus dados apontam o caminho contrário. No sertão de Pernambuco, família faz Estado e a memória familiar escreve história política.
Resultados	Apesar da condenação generalizada, o esquema de alimentação recíproca família-política é recorrente e, em certos casos, incontornável, tanto aqui quanto alhures. Isso porque sua indissociabilidade decorre do fato de não estarmos diante de uma realidade dada ou natural, a família, que colabora para a construção de laços políticos sociais ou artificiais e, portanto, feitos, quer dizer, o partido, os eleitores e as candidaturas. Essas reflexões indicam a coextensividade dos mortos, da memória, da política e da família. Sem a interferência destes aspectos, os demais não funcionam. Não existem. Se existirem, existirão de outra forma, sob outro sistema. Recentes esforços, vimos brevemente, têm tentado extirpar da política a família, apenas para reintroduzi-la sob outros formatos. Retirá-la, decerto, destituiria os mortos dos seus locais de prestígio e influência, condená-los-ia ao silêncio de suas vozes, apagaria os contornos de seus rostos, negligenciaria a sua ação pretérita, presente e futura. Resta saber se o esforço modernizante da política sem família não fará dos mortos reivindicantes de outros espaços, mais presentes e influentes.
Literatura por capítulo	<i>Introdução</i> Foucault (1978, 1975) LATOUR (1974) Almeida (2013) DONZELOT (1980) Geschiera e Bayart (1995) PEDERSEN (2012) COMERFORD (2003) GOLDMAN (2005) CRUZ DA SILVA (2004) JULLIEN (2001) 2. <i>Campo</i> MARQUES (2002) 3. <i>Política que faz família</i> ABELÈS (2001)

	VILLELA (2009) ABREU FILHO (1982) VILLELA (2003) <i>4. Os mortos e os vivos</i> VERDERY (1999) HERTZ (1981) TYLOR (1871) FABRE (1987) FRAZER (1933) MALINOWSKI (1916) MARTINS (2013) PALGI P. & ABRAMOVICH (1984) COURSE (2007) BEVILAQUA (2010) WILLERSLEV, R.; CHRISTENSEN, D.; MEINERT (2013) <i>5. As almas e os vivos</i> MARQUES (2013) CÁTEDRA (1987) PINE (2007) <i>6. A memória dos vivos</i> MARQUES (2002) VILLELA (2008) <i>7. Memória</i> HALBWACHS (1950) BOSI (2002) GOODY E WAAT (1968) CONNERTON (1992) BOUQUET (1996) HOBBSWAN, E & RANGER (1983) RABINOW (1975) HILL (1992) KUPER (1988) CARSTEN (2004) <i>8. Os mortos, a memória e a política</i> RVINE (1978) MARQUES (2013) ZONABEND (1979) VILLELA, J. M. & MARQUES BOISSEVAIN (1968) BOUQUET (1996) WESTON (1991) EMPSON (2007) MENEGHELO (2012) SOUZA (2013)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 10: Ficha-resumo 7

FICHA RESUMO 7 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	O Problema do Clientelismo em Contextos Locais Brasileiros: Reflexões sobre Negociações de Interesses entre Elites Políticas e Eleitores
Autor	Murilo Guimarães
Ano de Publicação	2015
Assunto Principal	Observação nas relações entre homens e mulheres eleitores e as elites políticas locais, de modo a perceber a influência do poder econômico sobre os posicionamentos políticos dos meus intervenientes.
Universo de Pesquisa	Estrela do Sul - interior da Bahia
Palavras-chave	Antropologia da Política, Clientelismo, Patrimonialismo, Eleições Locais, Políticas Sociais.
Objetivo	Demonstrar o deslocamento dos principais critérios que, historicamente, conformavam as adesões individuais a diferentes facções políticas, nomeadamente, aqueles relacionados aos capitais económicos e sociais das elites locais, os quais, embora ainda continuem preponderantes, parecem ceder lugar de proeminência a discursos de garantia de Direitos sociais por meio da acção estatal.
Hipóteses/ Questões Relevantes	A cultura política brasileira vem passando por uma transição, na qual os sistemas políticos, com as instituições que conformam a democracia, parecem esvaír-se ante populações cada vez mais imbuídas das defesas dos direitos sociais advindos de gestões eficientes de políticas públicas conduzidas por governos de orientação popular.
Resultados	A percepção das políticas públicas como objectos de promessas e avalistas do prestígio dos candidatos, bem como a ‘judicialização’ das gestões públicas e das candidaturas, fazem-me supor que a atenção do eleitorado esteja migrando de um campo de favorecimento eminentemente privado para outro, ligado à actuação estatal. Portanto, os olhos e os corações dos eleitores parecem estar-se voltando à aferição de eficácia administrativa como critério de escolha eleitoral, de modo a tornar a política numa actividade perene.
Literatura por capítulo	<i>As Forças em disputa</i> Ribeiro (1987) Chaves (1996) Bourdieu (2007) Palmeira (1992) Ribeiro (1987) Weber (1982) <i>O partido emprestado</i> Weber (1982) «Roubo» ou negociação?

	Dummont (1985) Scotto (1996) Lemenhe (2006) Kurschnir e Carneiro (1999) Goldman e Sant'anna (1996) Palmeira (1992) Goldman e Silva (1998) Goldman e Sant'anna (1996) Leal (1949) Palmeira (2010) Piattoni (2001) Bourdieu (2007) Weber (1982) <i>“O Futuro Começa Agora”</i> Ribeiro (1987) (Chaves, 1996) (Bourdieu, 2007) Palmeira e Heredia (1995)
--	--

Fonte: autora (2020)

Tabela 11: Ficha-resumo 8

FICHA RESUMO 8 PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	O tempo da política”: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE
Autor	CARLOS EDUARDO QUEIROZ PESSOA SOUZA RAMOS
Ano de Publicação	2015
Assunto Principal	dinâmicas do voto e comportamento eleitoral, à luz das motivações e das relações de sociabilidades
Universo de Pesquisa	Afogados da Ingazeira-PE
Palavras-chave	Comportamento eleitoral; Campanha política; Voto.
Objetivo	analisar a dinâmica do voto e do comportamento eleitoral a partir das motivações e das redes de sociabilidade constituídas no contexto sociopolítico da cidade de Afogados da Ingazeira-PE
Hipóteses/Questões Relevantes	
Resultados	
Literatura por capítulo	<i>Introdução</i> I CAPÍTULO: 1. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA 1.1 A política enquanto objeto de estudo

	Ângela de Castro Gomes (2005) Rua e Bernardes (1998) (GOMES (2005) Lipset e Rokkan KUSCHNIR (2007) SÊGA (2002) Thompson Oliveira Filho (1986) Evans-Pritchard (1940) PALMEIRA (1996) Palmeira e Goldmam (1996) Magalhães (1998) Gomes (2005) Teixeira e Chaves (2004) Palmeira (2006) Kuschnir (2007) Barreira (2006) Fasson (2010) Geertz (2001) <i>1.2 A construção do objeto de pesquisa</i> IBGE (2014) Geertz (2000) Malinowski (1926) Radcliffe-Brown Foote Whyte (2005) Princeton (1999) Geertz (2001) KUSCHNIR (1999) <i>1.3. Percurso teórico-metodológico</i> Almond e Verba (1999, 1989) Kuschnir e Carneiro (1999) Moisés (1995) Prado Júnior (1994) Kuschnir (1999) MOISÉS (1995) Inglehart (2002) Putnam (2000) Pharr (2000) Kuschnir e Carneiro (1999) Goldman (2006) CASTRO (1992) PALMEIRA (1998) Bezerra (1995 e 1999) Texeira (1998) Sahlins (1979) RENNO (1998) Bezerra (1995) HEREDIA & PALMEIRA (2006)
--	--

	MARTINS (1994) Geertz (2001) MAGALHÃES (1998) Gontijo (2005) Claude Dubar (2005) Simmel (2006) Bourdieu (2010) PORTES (2000) 2.2. <i>Panorama histórico da política brasileira</i> VIANNA (1974) DUARTE (1939) Buarque (1993) Novais (1979) LEAL (1986) Faoro (1997) Kerbauy (2000) NUNES (1997) 2.3. <i>Evolução do processo eleitoral brasileiro</i> Nicolau (2002) Lambert (1971) GONDO & MANHANELLI (2007) Brasil (1931) LAMBERT (1971) GOLDMAN (2006) Barbosa (1988) Sartori (1994) Abélès (1997) Caniello (2001) MAGALHÃES (1998) KUSCHNIR (1996) Brasileiro (2012) Holanda (2005) Faoro (1997) Roberto DaMatta (1997) Martins (1994) Bezerra (1995) Barreira (2006) <i>III CAPÍTULO</i> 3. <i>A DISPUTA ELEITORAL E AS MOTIVAÇÕES SOBRE O VOTO</i> 3.1. <i>O “tempo da política” na campanha eleitoral</i> BONELLI (1996) PALMEIRA & HEREDIA (2006) Barreira (2006)
--	---

Fonte: autora (2020)

Tabela 12: Ficha-resumo 9

FICHA RESUMO 9

PRODUÇÃO ETNOGRÁFICA DA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, SOBRE ELEIÇÕES NO NORDESTE ENTRE OS ANOS DE 2001-2020	
Título	O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana
Autor	Bárbara Elcimar dos Reis Alves e Felipe Bruno Martins Fernandes
Ano de Publicação	2017
Assunto Principal	Intersecção dos conceitos de gênero, sexualidade e poder com as dimensões da lesbofobia e do sexismo para compreender a participação e representação política de mulheres lésbicas no município, já que Salvador/BA teve apenas duas candidatas assumidamente lésbicas ao cargo de vereador num universo de 948 candidatos aptos, dos quais apenas 29% eram mulheres.
Universo de Pesquisa	Salvador/BA
Palavras-chave	Gênero. Sexualidade. Política. Lesbianidade. Lesbofobia.
Objetivo	Resgatar, a partir de um olhar feminista, a participação da mulher lésbica nas esferas do poder local.
Hipóteses/ Questões Relevantes	As candidaturas assumidamente lésbicas não possuíam anteriormente ao processo eleitoral quaisquer engajamentos políticos com os movimentos sociais lésbicos e/ou LGBT. Suas candidaturas baseadas na sexualidade lésbica foram, por outro lado, construídas através de um projeto a elas apresentados por lideranças dos seus partidos políticos. Assim, as candidaturas assumidamente lésbicas não refletem o posicionamento do movimento lésbico organizado que, infelizmente, não lançou quaisquer candidaturas no supramencionado pleito.
Resultados	De acordo com nossa análise, muitas candidaturas LGBT não são resultado de uma autonomia e engajamento dos movimentos sociais, mas, fruto de uma trajetória individual reconhecida por “olheiros” na escolha e construção de candidaturas LGBT para seus partidos.
Literatura por capítulo	<i>A chegada ao tema de pesquisa</i> GRAMSCI (1968) SOUZA (2014) SIMÕES (2013) FERNANDES et al., (2016) PISCITELLI (2006) <i>A Participação de Mulheres na Política</i> Crispina Gomes (2011) Marlise Matos e Marina Brito Pinheiro (2012) Eurídice Monteiro (2015) <i>O Feminismo Lésbico</i> Sam Bourcier COSTA et al. (2015) Adrienne Rich (2010) Tânia Pinaffi (2015) Jules Falquet (2012)

Fonte: autora (2020)